



GUIA ANEXO

Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF



**UNIÃO NORTE-RIOGRANDENSE DOS ESTUDANTES
DE DIREITO INTERNACIONAL
SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA**

PROFESSOR COORDENADOR Diogo Pignataro de Oliveira

PROFESSOR COORDENADOR-ADJUNTO Ana Beatriz Ferreira
Rebello Presgrave
Marco Bruno Miranda
Clementino

DIRETORIA UNEDI

Secretária-Geral

Pamela Araújo Xavier de
Paiva

Vice-Secretária-Geral

Mariana da Nóbrega Dantas

Primeiro-Secretário

Fábio Araujo de Paiva
Cavalcante

Segunda-Secretária

Rafaela Araújo de
Albuquerque

Primeira-Tesoureira

Letícia Alves Andrade de
Sousa

Segunda-Tesoureira

Brunna Bezerra Nunes

Secretário Acadêmico

Arthur do Nascimento Pereira

DIRETORIA DA UNICEF

Diretores Acadêmicos

César Augusto Soares da
Silva

Maria Clara Medeiros
Lacerda Cavalcanti

Diretores Assistentes

Ana Luiza da Silva Pereira
Araújo

Cecília Melissa Farias
Santiago

Lia Maia Tahim

Luís Guilherme Revoredo

Maria Luiza Brito Felisberto
da Silva

Victor de Azevedo Ramos

Tutora

Ana Júlia Alves da Costa

SOBRE OS AUTORES

Ana Júlia Alves da Costa, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, 6º período. Em 2023, foi membro da Sociedade de Debates Potiguar (SDP) e participou da XXII SOI como Diretora Assistente na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2024, foi Diretora do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Diretora Acadêmica do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) na XXIII SOI. Ainda, simulou na VI PEMUN como delegada da Indonésia, na Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Hodiernamente, para além de ser Tutora do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) nesta XXIV SOI, atua no núcleo penitenciário do projeto Motyrum e é pesquisadora do Observatório Internacional de Direitos Humanos (OBDI).

Ana Luiza da Silva Pereira Araújo, 20 anos, graduanda em Relações Internacionais pela UFRN, cursando o 3º período. Nas suas experiências de simulação, em 2024, foi delegada da XXIII SOI no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) e da II Simulação da União Europeia no Brasil - Ceará (SUEB-CE). Atualmente, na XXIV SOI (2025), está na condição de diretora assistente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Concomitantemente, é coordenadora de marketing da Sociedade de Debates Potiguar (SDP).

Cecília Melissa Farias Santiago, 21 anos, é graduanda do curso de Direito pela UFRN, cursando atualmente o 6º período. Nas suas experiências de simulação, foi delegada da XXIII SOI (2024) no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) e do Clube de Simulações da UNEDI (2025) no Conselho de Segurança das Nações

Unidas (CSNU). Sobre a atuação como diretora, na XXIV SOI (2025), está na condição de diretora assistente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Concomitantemente, é coordenadora acadêmica do Programa Motyrum no núcleo Infantojuvenil.

César Augusto Soares da Silva, 22 anos, atualmente cursando o 8º período da graduação em Direito pela UFRN. Ademais, foi membro da Sociedade de Debates Potiguar (SDP) e do projeto Efetivando o Direito à Educação (EDE), realiza atividades voluntárias para o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC-RN) e, agora em 2025, assume a função de diretor acadêmico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ao considerar sua experiência em simulações, pode-se pontuar que, em 2023, foi delegado do Comitê de Imprensa Internacional (CII) na XXII edição da SOI, já em 2024, na VI PEMUN, foi delegado do Creative Community Outreach Initiative (CCOI), além disso, agora em 2025, foi delegado do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no Clube de Simulações da UNEDI (CSU), paralelamente, realizou atribuições como diretor assistente na XXIII edição da SOI (2024), no Comitê de Imprensa Internacional (CII).

Lia Maia Tahim, 20 anos, é graduanda do curso de Direito pela UFRN, cursando atualmente o 5º período. Em sua experiência de simulação, foi delegada do Clube de Simulações da UNEDI (2025) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Sobre a atuação em diretorias, na XXIV SOI (2025), está na condição de diretora assistente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Concomitantemente, faz parte do Programa Motyrum, no núcleo Penitenciário.

Luis Guilherme Revoredo Martins tem 19 anos, é graduando em Direito pela UFRN, cursando atualmente o 4º período. Nas suas experiências de simulação, foi delegado do Clube de Simulações da

UNEDI (CSU) (2024), atuando como defesa no Tribunal Penal Internacional (TPI), além de participar da XXIII SOI (2024) no *United Nations Office of Drugs and Crimes* (UNODC) como delegado. Já como diretor, atualmente, é diretor assistente na XXIV SOI (2025) no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da V UNEMUN (2025) no Comitê Olímpico Internacional (COI). Paralelo às atividades nas simulações, ele exerce o cargo de conselheiro editorial na Revista Jurídica In Verbis.

Maria Luiza Brito Felisberto da Silva, 21 anos, é graduanda do curso de Direito pela UFRN, cursando atualmente o 4º período. Nas suas experiências de simulação, foi delegada da XXIII SOI (2024) no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) e do Clube de Simulações da UNEDI (2025) no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Sobre a atuação como diretora, na XXIV SOI (2025), está na condição de diretora assistente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Concomitantemente, é coordenadora administrativa do Programa Motyrum no núcleo Infantojuvenil.

Maria Clara Medeiros Lacerda Cavalcanti, 21 anos, é bacharelanda em Interdisciplinar em Humanidades na UFRN, cursando atualmente o 6º período. nas suas experiencias de simulação, foi delegada na XXII edição da SOI (2023), na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO), na VI PEMUN, na Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), no Clube de Simulações da UNEDI (CSU), no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Sobre atuação em diretoria, foi diretora assistente na XXIII edição da SOI (2024), no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA), foi diretora do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Em

2025, na XXIV SOI, está na condição de diretora acadêmica do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e também é diretora assistente da V UNEMUN no Comitê Olímpico Internacional (COI).

Victor de Azevedo Ramos, 20 anos, é graduando em Direito na UFRN, cursando atualmente o 5º período. Nas suas experiências de simulação, foi delegado da XXI SOI (2022) na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), da XXII SOI (2023) na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da VI PEMUN (2024) no Creative Community Outreach Initiative (CCOI). Sobre atuação em diretoria, já foi secretário-acadêmico da IV SimCEI (2023) na Organização dos Estados Americanos (OEA), diretor assistente da XXIII SOI (2024) no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) e da V UNEMUN (2025) no Comitê Olímpico Internacional (COI). Em 2025, na XXIV SOI, está na condição de diretor assistente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

RESUMO

Este material complementar tem como objetivo servir de apoio ao conteúdo exposto no Guia de Estudos, concentrando-se especificamente nas delegações que serão representadas no comitê do UNICEF durante a XXIV SOI. Para tanto, é necessário compreender as particularidades sociopolíticas, culturais e geográficas de cada país ou entidade, bem como seus posicionamentos internos e externos em relação à temática em discussão. Este guia reúne informações essenciais e referências que oferecerão respaldo ao trabalho de cada delegado. Trata-se de um esforço coletivo, fundamentado em pesquisas realizadas em artigos acadêmicos, obras especializadas, tratados internacionais, documentos históricos e reportagens. Ainda assim, apesar da amplitude das informações aqui apresentadas, é importante destacar que este documento não esgota o tema, sendo recomendada a consulta a fontes adicionais, incluindo aquelas citadas nas notas de rodapé.

Palavras-chave: Infância Armada, América-Latina, Juventude Periférica, Crime Organizado, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

LISTA DE ABREVIATURAS

CAF - *Corporación Andina de Fomento: Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe.*

CDC - Convenção Sobre os Direitos das Crianças.

CECOT - Centro de Confinamento do Terrorismo.

CEI - Comunidade dos Estados Independentes.

CONANI - *Consejo Nacional para la Niñez y la Adolescencia.*

CPS-UA - Conselho de Paz e Segurança da União Africana.

CRP - Comitê de Representantes Permanentes.

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas.

CUFA - Central Única das Favelas.

CV - Comando Vermelho.

ELN - Exército de Libertação Nacional.

ENIA - Estratégia Nacional para a Infância e Adolescência.

EUA - Estados Unidos da América.

FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional.

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

FBI - *Federal Bureau of Investigation.*

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional.

IBESR - Instituto do Bem-Estar Social e Pesquisas.

LEA - Liga dos Estados Árabes.

LSN - Lei de Segurança Nacional.

MIDES - *Ministerio de Desarrollo Social de Panamá.*

OEA - Organização dos Estados Americanos.

OIM - Organização Internacional para as Migrações.

OLP - Organização para a Libertação da Palestina.

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OUA - Organização da Unidade Africana.

PCC - Primeiro Comando da Capital.

PRONAPRED - *Programa Nacional de Prevención del Delito*.

SDP - Sociedade de Debates Potiguar.

TPI - Tribunal Penal Internacional.

UA - União Africana.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS - CUFA	12
3 COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES - CEI	15
4 ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA.....	18
6 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS	24
7 LIGA DOS ESTADOS ÁRABES	29
8 OSCAR LÓPEZ RIVERA	32
10 REPÚBLICA ARGENTINA.....	38
11 REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA.....	42
12 REPÚBLICA DA COLÔMBIA	45
13 REPÚBLICA DA GUATEMALA	50
14 REPÚBLICA DA NICARÁGUA.....	52
15 REPÚBLICA DE CUBA	55
16 REPÚBLICA DE EL SALVADOR	59
17 REPÚBLICA DE HONDURAS	62
18 REPÚBLICA DO CHILE.....	64
19 REPÚBLICA DO EQUADOR	68
20 REPÚBLICA DO HAITI	71
21 REPÚBLICA DO PANAMÁ.....	74
22 REPÚBLICA DO PARAGUAI	77
23 REPÚBLICA DO PERU	80
24 REPÚBLICA DOMINICANA.....	83
25 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	85

26 REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.....	89
27 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	94
28 UNIÃO AFRICANA	97
29 SAVE THE CHILDREN	100
REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Após a leitura do Guia de Estudos, o delegado deve buscar nesse presente Guia Anexo a sua respectiva delegação e ler as informações aqui contidas sobre ela. Em cada tópico (delegação), foi buscado introduzir um panorama geral sobre o país ou entidade internacional a ser representado. Desse modo, este Guia aborda aspectos sócio-políticos, culturais, geográficos e históricos de forma breve. Vale ressaltar que o delegado deve buscar expandir a pesquisa referente a sua respectiva delegação, não devendo restringir-se somente às informações aqui dispostas.

Como exposto, o tema a ser abordado será “A Vida no Movimento: A Infância Armada na América-Latina e o Ingresso da Juventude Periférica no Mundo do Crime Organizado”. Sua pertinência, como discutido no Guia de Estudos, faz-se ao compreender que o crime organizado ocorre em vários países de forma simultânea e por vezes conectada, o que revela a sua natureza transnacional. Tal questão se torna mais alarmante à medida que cada vez mais crianças e jovens são alvo de facções e quadrilhas.

Nesse sentido, as práticas criminosas exercidas pelo crime organizado fogem ao controle das organizações de âmbito nacional ou internacional, uma vez que ele não é regulado por instituições públicas ou privadas, fenômeno de natureza transnacional, que envolve pessoas de vários países, em particular os países latino-americanos em função da suscetibilidade da região às redes internacionais do crime organizado.

Ao entender que tais problemáticas estão por vezes fora do controle de organismos competentes, observa-se a fragilidade da discussão, principalmente por se tratarem de menores em situações onde seus

direitos não são assegurados da forma como deveriam. Portanto, este Guia deve ser utilizado como referência base, isto é, um norteamento para a pesquisa que cada delegado deve realizar para debater a temática proposta para a simulação.

2 CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS - CUFA

Para além de toda a diversidade sócio-político-cultural observada no Brasil, país de maior proporção territorial da América Latina, a pluralidade da flora e como ela se relaciona com a sociedade também se destaca. Sob esse viés, é válido salientar que ao pôr em tela a planta *Cnidoscolus quercifolius*¹ ou “faveleira”, conhecida por seu crescimento rápido, desproporcional e capacidade de sobreviver à adversidades, é possível estabelecer alguns paralelos com as regiões periféricas das grandes metrópoles verde-amarelas, marginalizadas socialmente, denominadas “favelas”.²

Outrossim, as favelas brasileiras surgem devido ao crescente movimento de urbanização e às incongruências socioeconômicas vigentes, abrigando uma população que se encontra, majoritariamente, em situação de vulnerabilidade social, mas segue enfrentando as adversidades com resiliência, como ilustra o Grupo Revelação na canção *Tá Escrito*, “erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé, manda essa tristeza embora. Basta acreditar que um novo dia vai raiar, sua hora vai chegar”.³ Contudo, como consequência de um sistema governamental omissivo, a

¹**Cnidoscolus quercifolius** é uma das componentes da flora brasileira, sendo encontrada majoritariamente no nordeste do país. Ela pode se desenvolver rapidamente, crescendo em proporções verticais e horizontais, utilizando-se de um estoque próprio para sobreviver às estações de secas.

²MEDEIROS, Josimar Araújo de; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim; MORAIS, Ione Rodrigues D. **Aspectos socioambientais e econômicos da faveleira (*Cnidoscolus quercifolius*), espécie-chave cultural do bioma Caatinga: estudo de caso**. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 22, n. 1, 2023. DOI:10.35701/rcgs.v22n1.424. Acesso em: 30 maio. 2025.

³GRUPO REVELAÇÃO. **Tá escrito**. In: Ao vivo no morro. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2009. Faixa 5.

segregação social, racial e de gênero, que rodeiam as comunidades periféricas do Brasil, seguem acentuando tal cenário de disparidade.⁴

Assim, com o intuito de promover equidade e inclusão dentro das favelas, por intermédio da cidadania, cultura, educação, esportes e empreendedorismo, nasce a Central Única das Favelas (CUFA). Logo, presente em todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal, a CUFA usufrui de toda a sua influência para mitigar os impactos negativos enfrentados pelos moradores de favelas e conectá-los ao núcleo da sociedade.⁵

Além de sua imprescindível importância para a população tupiniquim, a Central Única das Favelas realiza atividades em mais de 60 países, assumindo uma figura de referência global na proteção dos direitos dessa gama populacional. Logo, devido sua indubitável relevância, a CUFA já realizou parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), mas também desenvolve projetos de grande valor sócio-cultural, como a Taça das Favelas — liga esportiva, considerada o maior torneio entre favelas ao redor do mundo — e a Expo Favela Innovation — convenção de negócios e empreendedorismo voltada para o público periférico.⁶

Nesse sentido, ao criar redes de apoio, oferecendo oportunidades educativas e culturais, além de fomentar espaços seguros para o desenvolvimento infantil, a Central Única das Favelas atua como um escudo contra as violências e ausências impostas por um Estado

⁴CEPAL. **Anuário Estatístico da América Latina e Caribe 2020**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁵CUFA – Central Única das Favelas. **Quem somos**. Disponível em: <https://cufa.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁶CUFA – Central Única das Favelas. **Quem somos**. Disponível em: <https://cufa.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 maio 2025.

corriqueiramente negligente.⁷ Isso posto, concretiza-se como um agente indispensável na construção de um futuro mais justo, onde a infância em territórios marginalizados possa germinar com dignidade, esperança e pertencimento. Sendo assim, a CUFA não apenas promove inclusão e visibilidade às populações periféricas, mas exerce também um papel essencial de proteção social, sobretudo no que tange às crianças residentes das favelas.⁸

⁷CUFA – Central Única das Favelas. **Relatório de atividades 2021**. Rio de Janeiro: CUFA, 2021. Disponível em: <https://cufa.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELATORIO-CUFA-2021.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁸POTTER, Michele. **CUFA – Um incentivo ao desenvolvimento social**. Laboratório de Reportagem Convergente, UFSM, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://decom.ufsm.br/labreportagem/2017/12/14/cufa-um-incentivo-ao-desenvolvimento-social/>. Acesso em: 30 maio 2025.

3 COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES - CEI

Com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, foi criado, no mesmo ano, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), bloco político-econômico que une 12 das 15 nações que constituíam o Estado sobredito. Logo, são Países-Membros da CEI: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, desde 1991, e Geórgia e Azerbaijão, a partir de 1993.⁹

A CEI reúne cerca de 274 milhões de habitantes, sendo a Rússia o país mais populoso, com aproximadamente 140,8 milhões. Sua economia é diversificada, com um PIB estimado em 587,8 bilhões de dólares.¹⁰ No que tange à sua estrutura internacional, a sede do bloco está localizada em Minsk, capital da Bielorrússia, onde são realizadas reuniões trimestrais entre os membros. Além disso, a CEI é administrada por dois conselhos — um de chefes de governo e outro de chefes de Estado — e representada globalmente por um secretário-geral.¹¹ Ainda, apesar da diversidade étnica e linguística, a língua russa atua como liame integrador entre os componentes do grupo.

⁹BRASIL. Câmara dos Deputados. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/blocoseconomicos.html/cei.html>. Acesso em: 19 de maio 2025.

¹⁰FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes**. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/ceicomunidade-dos-estados-independentes.htm>. Acesso em: 19 maio 2025.

¹¹MUNDO EDUCAÇÃO. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/cei-fmi-urss.htm>. Acesso em: 19 maio 2025.

A partir do declínio da União Soviética, como supracitado, os países que compunham o antigo bloco se viram diante de desafios relacionados à dependência militar, política e econômica. Como solução, foi criada a CEI, com o objetivo de promover a cooperação entre as nações recém-independentes, sem comprometer sua soberania. Diferente da antiga URSS, a CEI permite que cada País-Membro mantenha sua autonomia. Apesar da sede estar localizada em Minsk, a Rússia se destaca como a potência dominante dentro do grupo, devido à sua grandeza territorial, influência política e peso econômico.¹²

O grupo, entretanto, enfrenta dificuldades internas e externas. Internamente, lida com conflitos étnicos e separatistas que ameaçam sua coesão. Externamente, tornou-se um espaço de disputa geopolítica entre a Rússia, que busca manter sua influência, e países como Ucrânia, que se aproximam da União Europeia e da OTAN. Além disso, os Estados Unidos atuam na região com o intuito de conter a influência russa e apoiar a soberania dos demais membros. Assim, a CEI representa um elemento estratégico na geopolítica da Eurásia, refletindo os interesses e tensões entre diferentes potências globais.¹³

O UNICEF, por sua vez, não atua diretamente com a CEI como uma entidade política unificada, mas sim em parceria com os governos nacionais dos Países-Membros colaboradores da agência. Por exemplo, o UNICEF faz-se presente na Guerra Russo-Ucraniana, na qual assiste milhões de crianças e famílias por meio de programas de educação, saúde, combate à violência, entre outros. Ademais, o UNICEF também

¹²RIBEIRO, Leandro Nieves. **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)**. InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-estados-independentes-cei/>. Acesso em: 19 maio 2025.

¹³RIBEIRO, Leandro Nieves. **Comunidade dos Estados Independentes (CEI)**. InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-estados-independentes-cei/>. Acesso em: 19 maio 2025.

vem lutando na região pelo acesso humanitário sem restrições, pela proteção de escolas e pelo banimento do uso de armas explosivas em áreas povoadas, sempre visando a proteção e a garantia dos direitos das crianças em todo o mundo.¹⁴

¹⁴UNICEF. **Guerra na Ucrânia representa ameaça imediata para crianças e adolescentes.** 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/guerra-na-ucrania-representa-ameaca-imediata-para-criancas-e-adolescentes#como-o-unicef-esta-ajudando>. Acesso em: 23 maio 2025.

4 ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

A Bolívia, oficialmente denominada Estado Plurinacional da Bolívia, é uma república presidencialista situada no centro-oeste da América do Sul. Com uma população diversa e multicultural, o país reconhece 36 idiomas oficiais, além do espanhol. Tem como moeda oficial o boliviano e possui duas capitais: Sucre (constitucional) e La Paz (sede do governo).¹⁵ Outrossim, sua geografia é marcada pela presença dos Andes, vales interandinos e vastas planícies tropicais, o que contribui para uma configuração socioeconômica desigual e complexa.¹⁶

Nesse contexto, a Bolívia passou por intensos períodos de instabilidade política e social, desde sua independência¹⁷ em 1825 até os dias atuais. Sob essa ótica, o país enfrentou sucessivos golpes militares ao decorrer da sua história¹⁸ e, mais recentemente, um cenário de polarização ideológica que culminou, em 2019, com a renúncia do então presidente Evo Morales.¹⁹ Assim, em 2024, uma tentativa de golpe de Estado reacendeu a instabilidade e as incertezas políticas no país.²⁰

¹⁵ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Bolívia**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Bolivia>. Acesso em: 31 mai. 2025.

¹⁶**Ibidem**.

¹⁷PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **Solenidade celebra 190 anos de independência da Bolívia**. Disponível em: <https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/180/solenidade-celebra-190-anos-de-independencia-da-bolivia>. Acesso em: 31 mai. 2025.

¹⁸G1. **Bolívia já teve 194 tentativas de golpe na história, diz pesquisador**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/bolivia-ja-teve-194-tentativas-de-golpe-na-historia-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2025.

¹⁹ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Evo Morales**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Evo-Morales>. Acesso em: 31 mai.. 2025.

²⁰BURGOA, Karla. **Instabilidade e incertezas: como ficou o mundo político da Bolívia após a tentativa de golpe de Estado**. *Brasil de Fato*, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/12/instabilidade-e-incertezas-como-ficou-o-mundo-politico-da-bolivia-apos-a-tentativa-de-golpe-de-estado/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

Desse modo, esse contexto de fragilidade institucional impacta diretamente os direitos das populações mais vulneráveis, sobretudo crianças e adolescentes.

Ademais, a infância e juventude bolivianas têm sido historicamente marcadas pela violação de direitos. Um exemplo emblemático foi a aprovação, em 2014, de uma controversa lei, posteriormente revogada em 2018, que permitia o trabalho infantil a partir dos 10 anos de idade, contradizendo os compromissos assumidos pela Bolívia na Convenção sobre os Direitos da Criança.²¹ Paralelamente, indicadores de violência doméstica, abandono e exploração sexual infantil se mantêm elevados em várias regiões do país.²²

Nesse viés, a Bolívia tem enfrentado o agravamento da violência armada e do crime organizado, especialmente em suas fronteiras com o Brasil e o Peru. Por estar geograficamente situada em uma rota estratégica do narcotráfico sul-americano, o país tem registrado um aumento significativo da presença de grupos criminosos que recrutam jovens e adolescentes para funções como transporte de drogas, vigilância de carregamentos e atividades de microtráfico.²³ O envolvimento de menores com o crime está associado à pobreza extrema, falta de oportunidades educacionais e ausência do Estado em comunidades periféricas e rurais.

²¹HUMANIUM. **Children of Bolivia**. Disponível em: https://www.humanium.org/en/bolivia/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 31 mai. 2025.

²²**Ibidem.**

²³TRONCOSO, Valeska. **Una aproximación al crimen organizado en la Triple Frontera de Bolivia, Chile y Perú**. Debates sobre cooperación y desarrollo, v. 1, n. 1, p. 77-90, 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50354635/Troncoso_2016-libre.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

Embora existam esforços institucionais para combater essas vulnerabilidades, como políticas públicas de assistência social, campanhas de conscientização e programas em parceria com organismos internacionais como o UNICEF, os resultados ainda são limitados.²⁴ Um avanço importante foi a criminalização do casamento infantil, medida adotada em 2024, que visa proteger meninas da exploração sexual e da violência doméstica.²⁵ Contudo, os desafios para garantir a efetividade dessas políticas permanecem, sobretudo diante das lacunas de fiscalização, da fragmentação interinstitucional e da persistente instabilidade política.²⁶

No cenário internacional, a Bolívia reafirma seu compromisso com a proteção dos direitos da infância em espaços multilaterais, como as Nações Unidas. Além disso, o país é signatário de convenções internacionais e mantém diálogo com organizações como o UNICEF para implementar políticas de prevenção à violência e reinserção social de jovens em conflito com a lei.²⁷ No entanto, a distância entre a retórica oficial e a realidade vivida por milhares de crianças e adolescentes evidencia a necessidade de ações mais coordenadas, sustentáveis e centradas em justiça social.

²⁴UNICEF BOLÍVIA. **UNICEF Bolivia**. Disponível em: <https://www.unicef.org/bolivia/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

²⁵IPAS. **Bolívia dá passo histórico contra o casamento infantil**. *ipas*, 13 maio 2025. Disponível em: <https://www.ipas.org/news/bolivia-takes-historic-step-against-child-marriage/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

²⁶HUMANIUM. **Children of Bolivia**. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/bolivia/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

²⁷DAZA, Weimar Giovanni Iño. **Una mirada a las concepciones sociales de las infancias en las constituciones y códigos del menor de Bolivia (1950-1980)**. Millcayac: Revista Digital de Ciencias Sociales, v. 4, n. 7, p. 295-318, 2017. Dossier: Política y producción del conocimiento en América Latina - Edición Septiembre 2017 (Septiembre-Febrero). ISSN-e 2362-616X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6128655>. Acesso em: 31 mai. 2025.

5 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América são um Estado unitário, constituído por estruturas políticas estaduais autônomas e um distrito federal, que integra o norte do continente americano.²⁸ O território estadunidense apresenta uma proporção continental, com uma diversidade de relevos, climas e vegetações, com sua capital nacional definida em Washington. Além disso, seus habitantes utilizam o inglês como idioma oficial e o dólar é a moeda de troca econômica oficial,²⁹ paralelamente, o governo é estruturado por uma república federal presidencialista, que tem o atual presidente Donald Trump como chefe do poder executivo.³⁰

Ademais, essa nação norte-americana é um destaque na política mundial hodierna, exercendo relações internacionais e poder de execução sobre a grande maioria dos países. A posição de protagonismo estadunidense está ligada com a sua trajetória histórica.³¹ Tendo em vista a sua ascensão à posição de potência, os EUA emergiram como líder econômico e militar, influenciando a reconstrução da ordem global desde 1945.³² Concomitantemente, desde sua independência, eles se destacam por seu pioneirismo político, um modelo que inspirou diversas nações e contribuiu para sua estabilidade interna e projeção internacional ao longo dos séculos.³³

²⁸ **U.S. department of state – home.** (2018, agosto 16). **United States Department of State.** Acesso em 25 de maio de 2025. <https://www.state.gov/>

²⁹ Visite os EUA. ([s.d.]). **Visit The USA.** Acesso em 25 de maio de 2025, de <https://www.visiteosusa.com.br/>

³⁰ **U.S. department of state – home.** (2018, agosto 16). **United States Department of State.** Acesso em 25 de maio de 2025. <https://www.state.gov/>

³¹ GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: UnB, 2001.

³² GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria: uma nova história.** São Paulo: Edições Contexto, 2007.

³³ **Ibidem.**

Nesse sentido, a influência norte-americana como nação neocolonizadora atingiu diretamente territórios da América Central e América do Sul, por meio de investimentos para estabelecer regimes militares.³⁴ Assim, quando os EUA apoiaram governos autoritários que, ao direcionarem seu foco na repressão política, negligenciaram o combate às desigualdades sociais, fazendo assim, crescer o panorama criminal. Logo, algumas ações geopolíticas estadunidenses contribuíram para a atual conjuntura latina, dentre elas: o apoio a ditaduras militares por meio da Operação Condor; políticas antidrogas desproporcionais; desestabilização institucional e a demanda norte-americana interna por drogas.³⁵

Por outro lado, nas reuniões diplomáticas, os Estados Unidos mantêm uma posição ambígua e seletiva frente ao tema da infância armada na América Latina. Mesmo sem programas bilaterais focados nesse tema, os EUA têm compromissos indiretos por meio de sua política externa, voltada à segurança, direitos humanos e combate a grupos armados não estatais. Contudo, sua atuação é marcada por interesses estratégicos, e não pelo dever dos marcos internacionais de proteção infantil.³⁶

Nesse viés, a nação sempre foi um dos principais parceiros do UNICEF, ajudando financeiramente e apoiando programas da infância.³⁷

³⁴JORGE, Cláudio Beato. **Crime Organizado na América Latina: causas e consequências**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 129, 2016.

³⁵**Ibidem**.

³⁶**Country reports on human rights practices**. (2017, janeiro 20). **United States Department of State**. Disponível em: <https://www.state.gov/reports-bureau-of-democracy-human-rights-and-labor/country-reports-on-human-rights-practices/>. Acesso em 25 de maio de 2025.

³⁷**UNICEF USA**. Unicefusa.org. Acesso em 25 de maio de 2025, de <https://www.unicefusa.org/about-unicef-usa>

No entanto, o atual governo Trump decidiu suspender temporariamente parte da sua ajuda internacional, o que afetou diretamente o orçamento do fundo.³⁸ Essa redução levou a cortes em algumas ações da organização e programas importantes, como os que oferecem suprimentos para crianças desamparadas em áreas de conflito. Diante do cenário, várias fundações se uniram para tentar cobrir parte desse prejuízo; demonstrando como as decisões estatais podem ter um impacto em ações humanitárias e no trabalho de organizações internacionais.³⁹

Portanto, a infância estadunidense interna conta com um conjunto robusto de legislações voltadas à proteção dos direitos humanos basilares das crianças, além de uma ampla rede de acesso à educação básica gratuita e de qualidade e a atuação de sistemas de saúde e assistência social que, embora apresentem desafios, são amplamente mais eficazes do que os disponíveis em muitos países latino-americanos.⁴⁰ Essa disparidade evidencia como os interesses geopolíticos dos EUA historicamente privilegiaram sua segurança interna e bem-estar social, enquanto contribuíram para a vulnerabilidade e exclusão da infância em territórios vizinhos.⁴¹

³⁸Reuters. (2025, abril 15). **UNICEF projeta queda de 20% no financiamento em 2026 após cortes dos EUA**. CNN Brasil. Acesso em 25 de maio de 2025. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/unicef-projeta-queda-de-20-no-financiamento-em-2026-apos-cortes-dos-eua/>

³⁹**Ibidem.**

⁴⁰**About UNICEF USA**. Disponível em: <https://www.unicefusa.org/about-unicef-usa>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

⁴¹MIRE. **Os EUA e a Convenção sobre os Direitos da Criança - MiRe Plataforma**. Disponível em: <https://mireplataforma.com.br/os-eua-e-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

6 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Os Estados Unidos Mexicanos, também conhecido como México, é um país localizado no sul da América do Norte, sendo o terceiro maior país da América Latina. A capital do país é denominada Cidade do México, uma das cidades mais populosas do mundo, com uma população composta por diversos grupos étnicos, como os povos indígenas, os ameríndios e o povo mestiço, descendentes de indígenas e europeus. O idioma oficial é o espanhol, no entanto, também são faladas mais de 50 línguas indígenas. Ademais, sua moeda oficial é o peso mexicano e sua forma de governo é uma república presidencialista, tendo Claudia Sheinbaum como atual presidente⁴²

Geograficamente, o país faz fronteira com os Estados Unidos da América (EUA), com a Guatemala e Belize, sendo limitado pelo Oceano Pacífico, pelo Golfo do México e pelo Mar do Caribe.⁴³ Historicamente, o país é marcado pela presença de conflitos internos e externos. Nesse sentido, no ano de 1877 até 1910, o México enfrentou um regime ditatorial comandado por Porfirio Díaz. Semelhante às outras ditaduras ocorridas na América Latina, esse período foi marcado por censuras às liberdades políticas e de expressão e, simultaneamente, avanços na modernização e no crescimento da economia.⁴⁴

No entanto, os investimentos voltados à qualidade de vida da população foram quase nulos, as necessidades das classes baixas foram reprimidas e seus indivíduos marginalizados, gerando agitações sociais.

⁴²**MEXICO.** *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Mexico>. Acesso em 27 maio 2025.

⁴³**Ibidem.**

⁴⁴**PORFIRIATO.** *Encyclopedia Britannica*. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Porfiriato>. Acesso em 28 maio 2025

Ademais, até mesmo camadas beneficiadas pelo regime percebiam que, apesar do avanço experienciado, o país entrava em período de depressão econômica.⁴⁵ Assim, o governo de Porfirio Díaz é derrubado na denominada Revolução Mexicana. Sendo a primeira revolução latino-americana, tal revolta obteve diversas conquistas, como a realização da primeira reforma agrária na América Latina, a destruição de obstáculos que impediam a criação do mercado interno e a reconfiguração das classes sociais.⁴⁶

Nesse sentido, cabe destacar, ainda, que a construção de ferrovias, no governo ditatorial de Díaz, permitiu o início de uma facilitação para o transporte de mercadorias, inclusive, de drogas. Além disso, no mesmo período, o cultivo das plantas de *marijuana* e do ópio para uso recreativo passou a crescer, não sendo considerados atos ilícitos. No entanto, em 1914, os Estados Unidos da América tornaram ilegais as substâncias do ópio, da heroína e da cocaína, incentivando o México a, mais tarde, fazer o mesmo. Desse modo, os comerciantes do mercado das drogas, agora, seriam considerados traficantes e criminosos, assim como a figura do narcotraficante tornava-se uma categoria social.⁴⁷

Assim, os EUA assumem importante papel na construção do México como um território de destaque no aspecto relacionado ao tráfico

⁴⁵ ANDRADE, Maria de Fátima; MONTEIRO, Renata Felipe. **O processo de construção do Estado Nacional Mexicano (1821–1910)**. 2006. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14992>. Acesso em 28 maio 2025.

⁴⁶ RAMPINELLI, Waldir José. **A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 126, p. 90-107, 2011. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14401>. Acesso em 28 maio 2025.

⁴⁷ LOPES, Ricardo Raposo. **Política e Segurança: o Crescimento do Crime Organizado no México**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa (Portugal). Disponível em <https://search.proquest.com/openview/9632eddf40ee0b0a12632fdc29e3fb32/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em 28 maio 2025.

de drogas. A grande demanda de drogas no país estadunidense, assim como o fornecimento de armamento para os cartéis, aliado à política anti-drogas implementada juntamente ao governo mexicano, levaram à expansão dos cartéis e da violência no México. Além disso, o país também é utilizado como rota para outras nações da América Latina, como a Colômbia e a Venezuela, dando ainda mais relevância à sua representação no mercado do tráfico.⁴⁸

Nesse contexto, a criminalização do uso e fornecimento de substâncias gerou a expansão dos mercados e da criminalidade, fazendo uma mudança, inclusive, no perfil dos consumidores: agora, o público alcançado é, majoritariamente, jovem e de classe baixa. Ainda, a própria estrutura social mexicana está associada ao envolvimento da juventude no crime organizado, a desigualdade marcante no país é expressa através do recrutamento de pessoas vulneráveis e marginalizadas, inclusive os jovens.⁴⁹

Atualmente, pode-se afirmar que o México é uma das nações mais desiguais do mundo e enfrenta crise de direitos humanos.⁵⁰ A pobreza afeta parcela significativa de seu povo, dando destaque ao fato de que o seu crescimento acelerado fez com que mais de um quarto da população seja considerada jovem, com menos de 15 anos. Ainda, sendo um país populoso, o governo tem sido incapaz de garantir o acesso aos direitos

⁴⁸PAIVA, Isabelle. **Entre o pó e a pólvora: o narcotráfico no México e o papel central dos EUA**. *Diálogos do Sul*, São Paulo, 25 out. 2023. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/entre-o-po-e-a-polvora-o-narcotrafico-no-mexico-e-o-papel-central-dos-eua/>. Acesso em: 29 maio 2025.

⁴⁹**Ibidem**.

⁵⁰HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2024, Mexico**. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/mexico>. Acesso em 30 maio 2025.

fundamentais aos indivíduos.⁵¹ Assim, um dos maiores alvos da crise vivenciada no México são os jovens, vítimas de diversas formas de violência, inclusive, do próprio recrutamento de crianças-soldado e da exploração por grupos violentos.⁵²

Diante disso, há a banalização da violência, além da normalização dela como um meio cotidiano de resolução de conflitos. Nesse sentido, pesquisa realizada no país demonstrou que 45.978 jovens entre 10 a 17 anos afirmaram terem sido obrigados a fazer parte de grupo criminoso.⁵³ Além disso, diversas crianças são forçadas a deslocar-se internamente pelo país como tentativa de fugir da violência armada. No entanto, a própria movimentação proveniente do deslocamento interno faz surgir o risco do recrutamento por grupos criminosos, que utilizam-se do sequestro, da ameaça, e da vulnerabilidade para recrutar os jovens.⁵⁴

Assim, o governo mexicano reconheceu a questão como um desafio de política pública, criando uma agência nacional para prevenir o recrutamento de crianças pelo crime organizado.⁵⁵ Ainda, o país instituiu, em 2013, o *Programa Nacional de Prevención del Delito* (PRONAPRED), que busca abordar os fatores de risco e de proteção associados à

⁵¹ **MEXICO.** *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Mexico>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵² UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **The many forms of violence against children.** In: *E4J University Module Series: Crime Prevention and Criminal Justice, Module 12 – Violence against Children*. Disponível em <https://www.unodc.org/e4j/en/crime-prevention-criminal-justice/module-12/key-issues/1--the-many-forms-of-violence-against-children.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁵³ UNICEF Mexico. **La situación de los derechos de la niñez y la adolescencia en México.** Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/media/1791/file/SITAN-UNICEF.pdf>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵⁴ UNICEF Mexico. **Ishmael Beah, embajador de buena voluntad de UNICEF, visita México para dialogar con niñez afectada por violencia armada.** 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/comunicados-prensa/ishmael-beah-embajador-de-buena-voluntad-de-unicef-visita-m%C3%A9xico-para-dialogar>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵⁵ **Ibidem.**

violência e delinquência, abrangendo medidas que visam atenuar fatores de risco vividos por jovens em situação de vulnerabilidade.⁵⁶

Além disso, cabe destacar o *Sistema Nacional de Protección Integral de Niñas, Niños y Adolescentes*, que busca garantir a proteção, prevenção e restauração dos direitos humanos dos jovens.⁵⁷ Ademais, o México é signatário da Convenção sobre os Direitos da Crianças⁵⁸, assim como também ratificou tratados internacionais relacionados ao combate do crime organizado, demonstrando postura favorável à cooperação internacional.⁵⁹

⁵⁶UNICEF Mexico. **La situación de los derechos de la niñez y la adolescencia en México**. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/media/1791/file/SITAN-UNICEF.pdf>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵⁷**MÉXICO**. Sistema Nacional de Protección Integral de Niñas, Niños y Adolescentes (SIPINNA). **¿Qué es el SIPINNA? - Dossier informativo 2024**. México: Secretaría de Gobernación, 2024. Disponível em: <https://www.gob.mx/sipinna/articulos/que-es-el-sipinna-dossier-informativo-269151?idiom=es>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵⁸HUMANIUM. **Children of Mexico**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/mexico/>. Acesso em 30 maio 2025.

⁵⁹GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Mexico**. Disponível em <https://ocindex.net/country/mexico>. Acesso em 30 maio 2025.

7 LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

A Liga dos Estados Árabes (LEA), também conhecida como Liga Árabe, é uma organização regional formada por países do Oriente Médio e do norte da África. A aliança, por sua vez, foi fundada no Cairo em 22 de março de 1945, com base no ideal do pan-arabismo, visando fortalecer a cooperação política, econômica, cultural e social entre seus membros. A LEA possui como Estados-Membros: Argélia, Bahrein, Comores, Djibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.⁶⁰

A principal língua da Liga dos Estados Árabes é o árabe, e sua composição étnica revela-se bastante complexa, uma vez que a aliança reúne países com diferentes origens culturais. No entanto, tanto o idioma quanto os elementos de cultura comuns funcionam como fatores de coesão, servindo de base para a identidade coletiva da organização. Embora nem todos os Estados-Membros o adotem como idioma oficial, a maioria o utiliza de forma predominante. Além disso, há a presença de diversos outros grupos étnicos dentro desses países, como os curdos, os berberes e outros, que não se identificam com o povo supracitado.⁶¹

A LEA foi criada após a assinatura do Protocolo de Alexandria, com o propósito de fortalecer a cooperação entre países de origem histórica e cultural árabe. Fundada oficialmente por sete nações, a organização ampliou seu quadro com o tempo. Em 1964, visando representar os palestinos, foi proposta e criada a Organização para a Libertação da

⁶⁰ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Arab League**. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Arab-League>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁶¹INVESTOPEDIA. **Arab League**. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/a/arab-league.asp>. Acesso em: 30 maio 2025.

Palestina (OLP), que se tornou membro oficial em 1976. Inicialmente focada em questões socioculturais e econômicas, a Liga passou a incorporar temas políticos a partir de 1979, atuando desde então em assuntos estratégicos que envolvem a segurança e os interesses de seus membros.⁶²

Atualmente, a LEA dedica-se principalmente à resolução de conflitos e à proposição de soluções para os desafios internos dos países membros. Além disso, exerce um papel fundamental no estímulo ao desenvolvimento econômico das nações árabes, bem como no suporte político e cultural à população da região. Ademais, a organização assume protagonismo nas discussões geopolíticas que envolvem os países árabes, com destaque para o prolongado conflito entre Israel e Palestina. Desde sua fundação, a questão da luta armada é complexa e, hoje, o conflito sobredito possui destaque central na aliança, com a Liga apoiando a causa palestina e frequentemente condenando as ações israelenses.⁶³

A salvaguarda da infância, em especial em contextos marcados por instabilidade e violência, configura peça fundamental para a construção de uma paz duradoura nos Estados-Membros da organização. A inserção da LEA nesses espaços de debate internacional, portanto, é estratégica, na medida em que a instituição exerce tal função de mediação e resolução de conflitos, valendo-se de sua legitimidade e influência política para envolver tanto governos quanto atores não estatais. Assim, a Liga soma-se na discussão oferecendo uma perspectiva regional sensível às particularidades socioculturais do mundo

⁶²INVESTOPEDIA. **Arab League**. Disponível em:

<https://www.investopedia.com/terms/a/arab-league.asp>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁶³MUNDO EDUCAÇÃO. **Liga Árabe**. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/liga-arabe.htm>. Acesso em: 30 maio 2025.

árabe, além de contribuir com mecanismos diplomáticos voltados à mitigação do óbice.⁶⁴

A Liga dos Estados Árabes e o UNICEF não possuem relações políticas diretas, mas a LEA admite a imprescindibilidade da proteção das crianças em contextos de conflitos e luta armada, além de permitir a atuação do Fundo das Nações Unidas para a Infância nos Estados-Membros da organização. Ainda, os participantes da aliança também auxiliam em alguns projetos da organização supracitada que tem por objetivo salvaguardar e fortalecer a juventude dos povos pertencentes a Liga, englobando os âmbitos da educação, saúde, nutrição, ajuda humanitária, etc. Assim, essas ações demonstram, mesmo que indiretamente, o compromisso conjunto com a proteção e o desenvolvimento das crianças na região árabe.⁶⁵

⁶⁴IMPLICAÇÕES LEGAIS RESULTANTES DA ENVOLVÊNCIA DE CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO. **Atâtôt - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/16153](http://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/16153).. Acesso em: 16 jun. 2025.

⁶⁵NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Conflitos armados afetam 420 milhões de crianças em todo o mundo**. ONU News, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676251>. Acesso em: 30 maio 2025.

8 OSCAR LÓPEZ RIVERA

Porto Rico, país insular autônomo, cercado por águas caribenhas e pelo oceano atlântico, porém ainda associado aos Estados Unidos da América, é o berço de nascença de Óscar López Rivera, ativista latino-americano.⁶⁶ Ainda em sua juventude, Rivera foi combatente durante a Guerra no Vietnã, condecorado com a Estrela de Bronze e, além disso, tornou-se um líder independentista, integrando as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), de forma clandestina, combatendo indiretamente a ausência de soberania plena de seu país, fato limitante no que tange sua representação em assuntos de política internacional.⁶⁷

Em decorrência de seus atos, Óscar López Rivera, voz representante da força e da luta do povo porto-riquenho, foi acusado de conspiração e, posteriormente, capturado pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI). No prosseguir desta narrativa, ele foi condenado, em 1981, a 55 anos em privação de liberdade devido a “conspiração sediciosa” e, ademais, após uma suposta tentativa de fuga, foram somados mais 15 anos. Em contrapartida, já em 2017, após 36 anos de reclusão, teve sua pena comutada pelo presidente Barack Obama, promulgando sua libertação integral em *San Juan*, capital porto-riquenha, em um tribunal federal norte-americano.⁶⁸

⁶⁶WAGENHEIM, Kal; MATHEWS, Thomas G. Britannica. **PUERTO RICO**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Puerto-Rico>. Acesso em: 30 maio 2025.

⁶⁷BRASIL DE FATO. “**Não se resignar; a lutar, a não se conformar**”, diz líder popular porto-riquenho. *Brasil de Fato*, São Paulo, 19 maio 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/19/nao-se-resignar-a-lutar-a-nao-se-conformar-diz-lider-popular-porto-riquenho>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁶⁸SILVA, Rose. **EUA liberta Oscar López Rivera, preso há 36 anos**. *Fundação Perseu Abramo*, São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/05/17/eua-liberta-oscar-lopez-rivera-presos-ha-36-anos/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

Ademais, tal personalidade emblemática latino-americana tornou-se símbolo da luta anticolonialista hodierna ao denunciar, de forma endossada, a condição de subordinação política de Porto Rico aos Estados Unidos. Desse modo, sua militância não se limitou à reivindicação territorial ou cultural, mas atravessou as barreiras geográficas ao inspirar movimentos de autodeterminação em diversos territórios colonizados ou politicamente dependentes. Assim, Rivera contribuiu com reflexões profundas sobre o imperialismo moderno, tanto em discursos públicos quanto por meio de sua atuação em comunidades marginalizadas, sendo reconhecido como um ícone de resistência ética, política e cultural.⁶⁹

Por conseguinte, urge que o discurso de líderes como Óscar López Rivera, especialmente em espaços diplomáticos e fóruns multilaterais, represente uma imprescindibilidade estratégica ao tensionar narrativas dominantes e enfatizar a urgência de revisões nas estruturas globais de poder. Sob esse viés, sua voz, sustentada por décadas de luta e coerência ideológica, potencializa o debate sobre soberania, direitos humanos e justiça internacional.

Logo, ao ecoar o direito dos povos à autodeterminação, Rivera reconfigura o ativismo como ferramenta legítima de transformação social, sendo capaz de influenciar posicionamentos de Estados, organizações internacionais e da sociedade civil. Isso posto, sua presença transcende a história de Porto Rico, tornando-se uma contribuição significativa para as lutas emancipatórias em escala global.⁷⁰

⁶⁹MOLINA ALANIS, Luis Alejandro. **Oscar's Story**. National Boricua Human Rights Network, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://boricuahumanrights.org/oscars-story/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁷⁰MOLINA ALANIS, Luis Alejandro. **Oscar López Rivera Biography Brief: American Mandela Faces the Future**. National Boricua Human Rights Network,

9 REINO DA ESPANHA

O Reino da Espanha é um Estado unitário, constituído por comunidades e cidades autônomas, que faz parte da União Europeia.⁷¹ Localizado no sudoeste da Europa,⁷² a maior parte de seu território forma a península ibérica.⁷³ Nesse contexto, a capital nacional é definida em Madrid, seus habitantes falam o espanhol como idioma oficial e o Euro é a moeda de troca econômica.⁷⁴ Além disso, seu governo é estruturado por uma democracia parlamentar e uma monarquia constitucional, com o primeiro-ministro como chefe de Governo e o monarca como chefe de Estado.

Primeiramente, a Espanha tem uma rica e antiga trajetória histórica, tendo se destacado na era das Grandes Navegações, na qual explorava rotas marítimas e novos mercados consumidores.⁷⁵ Nessas expedições, as naus espanholas chegaram ao novo mundo — posteriormente conhecido como o território sul americano — e desempenharam um papel colonizador.⁷⁶ Essa invasão marcada por fatores violentos,⁷⁷ atingiu diretamente territórios da América Central e

2019. Disponível em: <https://boricuahumanrights.org/oscar-lopez-rivera-biography-brief-american-mandela-faces-the-future/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁷¹Spain.info. **Dados e curiosidades da Espanha: geografia e paisagem.**

Turespaña. Acesso em 26 de maio de 2025. https://www.spain.info/pt_BR/descobrir-espanha/dados-espanha-geografia-paisagem/

⁷²**Ibidem.**

⁷³**Ibidem.**

⁷⁴Espanha. (n.d.). **European Union.** Acesso em 25 de maio de 2025, from https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/spain_pt

⁷⁵Sousa, R. G. (2006, November 29). **Navegações Espanholas.** História do Mundo. Acesso em 25 de maio de 2025. <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/navegacoes-espanholas.htm>

⁷⁶**Ibidem.**

⁷⁷GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2008.

América do Sul, dizimando as populações nativas com armas e doenças; defendendo ideais econômicos e religiosos ao escravizar indígenas e negros.⁷⁸ As marcas desse legado colonizador ainda têm suas cicatrizes expostas, tendo em vista questões como:

- a) A concentração de terras atrelada à desigualdade social;
- b) A discriminação racial e exclusão;
- c) A centralização do poder;
- d) Na língua e cultura.⁷⁹

Essa perduração do legado colonial influencia o panorama do crime organizado latino visto a construção de Estados fragilizados, muitas vezes ineficientes e propensos à corrupção, permitindo a presença dessas organizações como poder paralelo.⁸⁰ Além disso, a desigualdade, marcada pela exclusão étnico-racial e a concentração de renda, facilita que jovens em vulnerabilidade socioeconômica sejam criminalmente recrutados, frente a falta de oportunidades formais ou ascensão social.⁸¹ Por fim, a permanência da impunidade e de um sistema de justiça elitista permite a passividade nos crimes desse segmento da sociedade, em detrimento da forte repressão aos hipossuficientes.⁸²

⁷⁸Panorama Social da América Latina e do Caribe. (n.d.). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Acesso em 25 de maio de 2025, <https://www.cepal.org/pt-br/tipo-de-publicacao/panorama-social-america-latina-caribe>

⁷⁹GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

⁸⁰ZALUAR, Alba. **Violência e crime nas sociedades latino-americanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004.

⁸¹**Ibidem.**

⁸²**Ibidem.**

Nesse contexto, pode-se destacar que após a colonização americana, a Espanha não se estabeleceu como uma nação neocolonialista direta, sendo coadjuvante na maioria dos conflitos políticos contemporâneos, inclusive nas duas Grandes Guerras.⁸³ Porém, a nação ainda exerce controle em algumas empresas multinacionais na América Latina, somado à influência cultural e presença em acordos econômicos e diplomáticos no contexto da globalização.⁸⁴

Pode-se destacar que após aderir à União Europeia, houve uma maior curadoria na criação de leis específicas para infância e juventude, a Espanha procurou proteger e melhorar a qualidade de vida desses cidadãos.⁸⁵ Logo, o panorama atual da juventude espanhola é positivo, devido às garantias legais e institucionais que o Estado vêm procurando estabelecer, com acesso educacional amplamente difundido, altas taxas de alfabetização e formação profissional.⁸⁶

Nas reuniões diplomáticas, embora a Espanha não tenha programas bilaterais específicos com países latino-americanos focados na infância armada, seu compromisso com a proteção das crianças em conflitos armados é evidente por meio de sua participação em iniciativas internacionais e apoio a organizações que atuam na América Latina.⁸⁷ Sendo signatária da Convenção sobre os Direitos da Criança e de seus Protocolos Facultativos, esse envolvimento reflete uma abordagem

⁸³Panorama Social da América Latina e do Caribe. (n.d.). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Acesso em 25 de maio de 2025, <https://www.cepal.org/pt-br/tipo-de-publicacao/panorama-social-america-latina-caribe>

⁸⁴ZALUAR, Alba. **Violência e crime nas sociedades latino-americanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004.

⁸⁵**Ibidem.**

⁸⁶UNICEF ESPANHA. **Informe Anual de UNICEF 2023**.

<https://www.unicef.org/es/informes/informe-anual-unicef-2023>. Acesso em 25 de maio de 2025.

⁸⁷**Ibidem.**

multilateral e colaborativa para enfrentar o problema da infância armada na região.

Ademais, a nação mantém uma parceria sólida e presente com o UNICEF, refletida em diversas iniciativas recentes voltadas à promoção dos direitos das crianças tanto no país quanto internacionalmente. Em 2024, o governo espanhol aumentou sua contribuição aos fundos destinados à organização, assumindo compromisso com o multilateralismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, aprovou uma contribuição voluntária para apoiar ações como a proteção dos direitos infantis e a promoção da saúde e educação infantil e no âmbito da inovação social, com projetos focados na saúde mental e bem-estar de crianças e adolescentes.

Por fim, em contraste com o panorama sul-americano, a infância espanhola desfruta de um contexto mais protegido, com legislações eficazes voltadas à proteção integral, acesso universal à educação de qualidade e políticas públicas estruturadas que garantem maior inclusão social e oportunidades de desenvolvimento. Essa disparidade escancara a herança de um passado colonial que ainda impõe barreiras profundas ao pleno exercício dos direitos da infância no sul global.⁸⁸

⁸⁸UNICEF ESPANHA. **Informe Anual de UNICEF 2023.**

<https://www.unicef.org/es/informes/informe-anual-unicef-2023>. Acesso em 25 de maio de 2025.

10 REPÚBLICA ARGENTINA

A República Argentina abrange grande parte da porção sul do continente sul-americano, sua capital e cidade mais conhecida é Buenos Aires e é considerada uma das metrópoles mais cosmopolitas e populosas da América do Sul. O idioma oficial do país é o espanhol e tem o Peso Argentino como moeda oficial. A forma de governo é descrita como uma república federal com duas casas legislativas, tendo como atual presidente Javier Gerardo Milei. Como consequência do seu extenso território, o país faz fronteira com diversos países da América do Sul, como Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai.⁸⁹

A Argentina, por ser o segundo maior país em área da América Latina, desempenha um grande papel de influência nos outros países da América do Sul, principalmente por ter sido um dos primeiros países sul-americano a declarar independência. Esse fato histórico fez com que os nacionalistas argentinos se tornassem uma inspiração para os movimentos revolucionários de outros lugares do sul da América. Dessa forma, é sábio afirmar que a independência dos países da América do Sul foi, na sua essência, uma iniciativa argentina.⁹⁰

Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que a independência da República Argentina serviu como catalisador para outros movimentos emancipatórios na América do Sul. Países como Chile, Peru, México, Equador e Bolívia declararam sua independência logo após a separação argentina da coroa espanhola.⁹¹ Apesar de ter rompido formalmente com

⁸⁹**ARGENTINA.** Encyclopedia Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Argentina>. Acesso em: 28 abr. 2025.

⁹⁰**Ibidem.**

⁹¹**PADINGER, G. Dia da independência argentina: entenda a história da comemoração em 9 de julho.** Disponível em:

o domínio colonial, a Argentina não conseguiu consolidar, de maneira efetiva, um longo período de estabilidade e paz interna.⁹²

Nesse sentido, o país teve grande parte da sua existência marcada por instabilidade política, com a presença de golpes militares em várias décadas e a alternância entre governos democráticos e militares. A última e maior ditadura vivenciada pelo povo argentino foi a de 1976 a 1983, a qual teve início através de um golpe de Estado responsável por depor a então presidenta da república, María Estela Martínez de Perón.⁹³

Nessa lógica, a “Guerra Suja”, como ficou conhecida a ditadura, marcou o início de um período de guerra e repressão na Argentina, durante o qual milhares de pessoas foram desaparecidas ou assassinadas.⁹⁴ Dessa forma, é pertinente destacar que, antes da instauração da ditadura militar de 1976, menos de 10% da população argentina vivia em situação de pobreza. Em contraste com a contemporaneidade que, aproximadamente, metade da população enfrenta dificuldades para suprir suas necessidades básicas.⁹⁵

Dessa forma, o contexto de instabilidade política e econômica, somado ao avanço da pobreza, da marginalização social e da criminalidade, contribui para o fortalecimento do crime organizado na região. A convivência entre grupos criminosos e corrupção estatal tem favorecido a expansão de práticas ilícitas no país, consolidando

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/dia-da-independencia-argentina-entenda-a-historia-da-comemoracao-em-9-de-julho/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

⁹²**Histórico da Ditadura Civil-Militar Argentina.** Disponível em: https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=239. Acesso em: 28 abr. 2025.

⁹³**Ibidem.**

⁹⁴**Histórico da Ditadura Civil-Militar Argentina.** Disponível em: https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=239. Acesso em: 28 abr. 2025.

⁹⁵MACCHIAVELLI, Hugo. **Crime organizado e ditaduras na Argentina.** Interamerican Institute for Democracy, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.intdemocratic.org/pt/crime-organizado-e-ditaduras-na-argentina.html>. Acesso em: 04 maio. 2025.

dinâmicas de violência que colocam em risco a segurança pública e alimentam o receio de que o país caminhe rumo à configuração de um narcoestado.⁹⁶

Logo, a realidade argentina é marcada por diversos meninos e meninas que aspiram ser soldados do narcotráfico, essas crianças deixam de frequentar a escola ao entrar no crime organizado, uma vez que foram devorados pela cultura da droga que os rodeia. Em contextos de extrema pobreza, por serem criados entre violência e baixa expectativa de vida, algumas famílias veem no tráfico uma alternativa para garantir a subsistência. Ou seja, o crime organizado é encarado como uma forma de dinheiro fácil e identidade que não é oferecida na “vida comum”.⁹⁷

Com isso, o governo argentino considera que o aumento da criminalidade juvenil é um dos maiores desafios para a prosperidade de uma nação e, inspirada na medida implementada pelo presidente Nayib Bukele de El Salvador, propõe um projeto de lei responsável por diminuir a responsabilidade penal de 16 para 13 anos. Tal projeto visa combater a utilização de crianças pelo crime organizado para escapar da culpabilidade penal.⁹⁸ Em contrapartida, a Argentina também faz parte do programa de fortalecimento de sistema de justiça juvenil do UNICEF, o qual é focado em um sistema de justiça especializado na prevenção do

⁹⁶MACCHIAVELLI, Hugo. **Crime organizado e ditaduras na Argentina**. Interamerican Institute for Democracy, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.intdemocratic.org/pt/crime-organizado-e-ditaduras-na-argentina.html>. Acesso em: 04 maio. 2025.

⁹⁷**Ibidem.**

⁹⁸ MAGNO, Carlos. **Governo de Javier Milei propõe redução da maioridade penal para 13 anos na Argentina**. Conexão Política, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/internacional/governo-milei-propoe-diminuir-maioridade-penal-para-13-anos-na-argentina/>. Acesso em: 4 maio 2025.

crime, em vez de uma abordagem baseada na repressão e política punitiva.⁹⁹

Dessa forma, a proposta de reduzir a idade de responsabilidade penal no país levanta importantes questionamentos sobre os limites entre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e a necessidade de segurança pública. O desafio está em equilibrar a resposta ao aumento da violência juvenil com a garantia de políticas que priorizem a prevenção, a inclusão social e o respeito aos direitos fundamentais, evitando soluções meramente punitivas.¹⁰⁰

⁹⁹UNICEF Argentina. **Fortalecimiento del sistema de justicia juvenil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/que-hace-unicef/proteccion-y-acceso-la-justicia/fortalecimiento-del-sistema-de-justicia-juvenil>. Acesso em: 14 jun. 2025.

¹⁰⁰MAGNO, Carlos. **Governo de Javier Milei propõe redução da maioridade penal para 13 anos na Argentina**. Conexão Política, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/internacional/governo-milei-propoe-diminuir-maioridade-penal-para-13-anos-na-argentina/>. Acesso em: 4 maio 2025

11 REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

A República Bolivariana da Venezuela encontra-se situada ao norte da América do Sul. A nação venezuelana faz fronteira com o Brasil, Colômbia e Guiana, além de possuir uma vasta costa voltada para o Mar do Caribe. Sua capital é Caracas, cidade localizada na região norte do país. O idioma nacional da Venezuela é o espanhol, ainda que existam comunidades que falam línguas indígenas reconhecidas constitucionalmente. A moeda oficial em circulação é o bolívar digital, entretanto o dólar americano é amplamente utilizado de forma informal em diversas transações do cotidiano.¹⁰¹

A geografia venezuelana apresenta grande diversidade de paisagens, que vão dos Andes ao oeste, passando pelos vastos *Llanos* à densa floresta amazônica ao sul, além de um extenso litoral caribenho. Ademais, o país é notoriamente rico em petróleo, possuindo uma das maiores reservas comprovadas do mundo, o que historicamente moldou a sua economia e trajetória política.¹⁰² Na esfera histórica, possui papel central nas lutas de independência da América Latina, lideradas por Simón Bolívar, cuja figura é símbolo nacional e inspira a identidade política do país até os dias atuais.¹⁰³ A independência da Espanha foi

¹⁰¹ MARTZ, John D.; LIEUWEN, Edwin; HECKEL, Heather D.; MCCOY, Jennifer L. **Venezuela**. Encyclopedia Britannica, 6 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Venezuela>. Acesso em 7 de maio de 2025.

¹⁰² **Ibidem.**

¹⁰³ MASUR, Gerhard Straussmann. **Simón Bolívar**. Encyclopedia Britannica, 21 de março de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Simon-Bolivar>. Acesso em 7 de maio de 2025.

conquistada em 1811, sendo uma das primeiras nações sul-americanas a romper com o domínio colonial.¹⁰⁴

A política venezuelana nas últimas décadas tem sido marcada por intensas polarizações. Desde a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999, com sua proposta de Revolução Bolivariana, o país vive um processo de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Após a morte de Chávez, Nicolás Maduro assumiu a presidência em 2013, enfrentando severa crise institucional, econômica e humanitária, agravada por sanções internacionais, hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, além de um êxodo migratório sem precedentes na região.¹⁰⁵

Atualmente, a Venezuela continua enfrentando desafios significativos em meio a um ambiente de tensões políticas internas, denúncias de violações de direitos humanos e esforços diplomáticos diversos para a busca de soluções democráticas e humanitárias.¹⁰⁶ A crise prolongada nas instituições democráticas, aliada ao colapso dos serviços públicos, produziu um ambiente em que crianças e adolescentes vivem sob múltiplas formas de violência. Há evidências de que grupos armados, como milícias bolivarianas e guerrilhas estrangeiras, operam com permissividade em territórios onde o Estado perdeu o controle, recrutando menores para funções de inteligência, logística e força.¹⁰⁷

¹⁰⁴ LANGUE, Frédérique. **La Independencia de Venezuela, una historia mitificada y un paradigma heroico**. Anuario de Estudios Americanos, v. 66, n. 2, p. 245-276, 2009.

¹⁰⁵ URBANEJA, Diego Bautista. **La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días**. Universidade Católica Andrés Bello, vol. 07, 2007. ISBN 980-250-013-5.

¹⁰⁶ **Ibidem.**

¹⁰⁷ ANTILLANO, A.; ZUBILLAGA, V.; ÁVILA, K. **Revolution and counter-reform: The paradoxes of drug policy in bolivarian Venezuela**. In Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas, p. 105–122, 2016. Disponível em:

Além disso, a instrumentalização da insegurança como ferramenta política reforça estereótipos sobre juventudes marginalizadas, desviando o foco da responsabilidade estatal. Diz-se isto pois programas oficiais de formação militar juvenil têm sido utilizados como forma de inculcar valores nacionalistas, mas mascaram uma cultura de militarização que impacta negativamente os direitos da infância.¹⁰⁸ A ausência de prestação de contas pelas forças policiais e a violação sistemática dos direitos humanos contribuem para a impunidade e aprofundam a exclusão social.

109

Ademais, referente à sua postura na arena internacional, em 2000 a Venezuela ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos opcionais, incluindo aquele relativo a conflitos armados, além da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Entretanto, as solicitações formais ao UNICEF para intervir em casos envolvendo menores detidos por razões políticas demonstram uma lacuna na implementação dessas normas no âmbito doméstico.¹¹⁰

https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-29082-9_7. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹⁰⁸ ÁVILA, K. **La instrumentalización del delito: política, empresas de comunicación e inseguridad. Sobre cómo la inseguridad logró posicionarse en el primer lugar de la agenda pública en Venezuela**. Revista Crítica Penal y Poder, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2724000. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹⁰⁹ GRAJALES, M. L.; HERNÁNDEZ, M. L. **Chavism and criminal policy in Venezuela, 1999-2014**. International Journal for Crime, Justice and Social Democracy, p. 164–185, 2017. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.202503150260570>. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹¹⁰ UNICEF América Latina y Caribe. **Protocolos Facultativos de la CDN y protección de menores**. s.l., s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/unicef-celebra-el-nuevo-protocolo-para-proteccion-de-ninos-migrantes-en-ecuador>. Acesso em: 15 jun. 2025.

12 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A República da Colômbia, popularmente conhecida por Colômbia, é um país localizado no noroeste da América do Sul, sendo pertencente à América Latina. Sua capital é a cidade de Bogotá, e a forma de Estado e governo são de república presidencialista, tendo Gustavo Petro como presidente. Além disso, a moeda utilizada no país é o peso colombiano. Geograficamente, faz fronteira com o Panamá, Venezuela, Brasil, Peru e Equador, sendo banhado pelo Oceano Pacífico e pelo Mar do Caribe.¹¹¹ O idioma oficial é o espanhol, tendo sido colonizado pela Espanha, no entanto, são faladas mais de 180 línguas indígenas.¹¹²

Nesse sentido, é considerado um dos países menos povoados do mundo, tendo baixa densidade demográfica. Sua população vive majoritariamente em áreas urbanas, sendo caracterizada pela diversidade étnica, assim como pela presença significativa de população indígena. Assim, a formação nacional colombiana foi moldada por um histórico de guerras civis e de diversas mudanças de governo.¹¹³

Desse modo, historicamente, o país é marcado por instabilidade e conflitos, cabendo destacar a Guerra dos Mil Dias, travada entre os anos de 1899 e 1902 pelos partidos políticos tradicionais liberal e conservador.¹¹⁴ Como resultado, tal conflito culminou na vitória dos conservadores e na separação do Panamá, que fazia parte do território

¹¹¹**COLOMBIA.** *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Colombia>. Acesso em 31 maio 2025.

¹¹²CRUZ, Victor Manuel Moncayo. **Colômbia**. Disponível em <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/colombia>. Acesso em 31 maio 2025

¹¹³**Ibidem.**

¹¹⁴BBC NEWS BRASIL. **Por que o Panamá se separou da Colômbia – e qual foi o papel dos EUA**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6perxnj2kro>. Acesso em 31 maio 2025.

colombiano como um Estado soberano. Por fim, a guerra levou à morte de 3% da população, destruiu a infraestrutura e indústrias do país, além de aumentar a inflação e a dívida externa.¹¹⁵

Desse modo, o país enfrentaria ainda enfrentaria uma nova onda de violência, conhecida como *La Violencia*. Assim, o conflito foi protagonizado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), grupos guerrilheiros que buscavam a derrubada do governo e a transformação social e política da Colômbia.¹¹⁶, contudo, organismos paramilitares uniram-se para combater essas organizações. Com o mesmo objetivo, após a posse do governo de Álvaro Uribe Vélez, foi promovida a intensificação da militarização.¹¹⁷ Além disso, a expansão do mercado do narcotráfico e dos cartéis foram fatores que agravaram o conflito na região, levando ao aumento da violência.¹¹⁸

Diante disso, vê-se que a presença de conflitos armados é marcante na história colombiana, sendo um dos mais antigos da América Latina, e sendo perdurado até os dias de hoje, através das guerrilhas, paramilitares e, inclusive, grupos narcotraficantes e de *delincuencia*

¹¹⁵BBC NEWS BRASIL. **Por que o Panamá se separou da Colômbia – e qual foi o papel dos EUA**. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6perxnj2kro>. Acesso em 31 maio 2025.

¹¹⁶JUSTICE FOR COLOMBIA. **Colombian armed conflict**. Disponível em:

<https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹¹⁷JUSTICE FOR COLOMBIA. **Colombian armed conflict**. Disponível em:

<https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹¹⁸TAQUECE, Leonardo Rodrigues; MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. **O Conflito Armado na Colômbia**. Dossiê de Conflitos Contemporâneos, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2020/10/Colombia_-_Observat%C3%B3rio-de-Conflitos_-_Dossi%C3%AA-de-Conflitos-Cont..-v.1-n.1-2020-44-51.pdf. Acesso em 31 maio 2025.

organizada.¹¹⁹ Nesse sentido, a desigualdade social e a pobreza são marcantes no país,¹²⁰ de modo que a ausência de garantias fundamentais e o cotidiano de violência estão relacionados à entrada no crime organizado, inclusive, por jovens.¹²¹

O contexto de conflito armado e insegurança impacta diretamente a juventude colombiana e seus direitos fundamentais. Há diversos registros de assassinatos e mutilações de crianças, vítimas de fogo cruzado, bombardeios e combates. Ainda, o recrutamento e uso de jovens pelos grupos criminosos mostrou-se como uma das maiores violações verificadas, ocorrida majoritariamente com a população jovem indígena. Ademais, o deslocamento forçado também impacta negativamente, uma vez que o próprio trajeto pode oportunizar o recrutamento dos jovens pelos grupos, que utilizam-se da vulnerabilidade para promover promessas de apoio financeiro e proteção aos jovens e às suas famílias.¹²²

Segundo dados do UNICEF Colômbia, parte considerável dos jovens que atuaram no crime organizado reconhecem a violação de direitos sofrida durante o processo de vinculação, formação e participação nos conflitos armados. A própria desvinculação mostra-se como

¹¹⁹PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Crianças-soldado na América Latina: o caso colombiano**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 16, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/25233/18036>. Acesso em 31 maio 2025.

¹²⁰JUSTICE FOR COLOMBIA. **Colombian armed conflict**. Disponível em: <https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹²¹PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Crianças-soldado na América Latina: o caso colombiano**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 16, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/25233/18036>. Acesso em 31 maio 2025.

¹²²HUMANIUM. **Children of Colombia**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/colombia/>. Acesso em 31 maio 2025.

oportunidade distante, uma vez que a saída destas organizações implica na em possíveis ataques e ameaças sofridas pelos jovens.¹²³

A situação enfrentada pelo país é grave a ponto de que a Colômbia esteve sob exame preliminar do Tribunal Penal Internacional (TPI), em razão de diversas violações de direitos humanos, no entanto, o tribunal entende que a justiça interna colombiana já tomou atitudes com relação aos criminosos.¹²⁴ Nesse sentido, a Colômbia possui organismos especializados no combate ao crime organizado e uma grande força armada, assim como possui legislações voltadas à proteção de vítimas de conflitos armados, por exemplo. Contudo, tais sistemas mostram-se ineficientes e, algumas vezes, corruptos.¹²⁵

Quanto à proteção dos direitos das crianças, a Colômbia ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, assim como o Protocolo Facultativo à CDC sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, e outros programas de apoio aos direitos humanos e das crianças. Internamente, o país conta com legislação voltada à proteção das garantias das crianças, assim como possui um Código da Criança e do Adolescente.¹²⁶ Ademais, existem ONGs e observatórios

¹²³INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR (ICBF); UNICEF. **Estudio de caracterización de niñez desvinculada de grupos armados organizados en Colombia (2013-2022)**. Bogotá: ICBF; UNICEF, 2023. ISBN 978-958-8514-73-4. Disponível em

<https://www.unicef.org/colombia/media/13521/file/Informe%20de%20caracterizaci%C3%B3n%20completa%20.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹²⁴PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Crianças-soldado na América Latina: o caso colombiano**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 16, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/25233/18036>. Acesso em 31 maio 2025.

¹²⁵GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Colombia**. 2023. Disponível em <https://ocindex.net/country/colombia>. Acesso em 31 maio 2025.

¹²⁶HUMANIUM. **Children of Colombia**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/colombia/>. Acesso em 31 maio 2025.

que realizam ações no sentido de auxiliar jovens vulneráveis a se distanciar de grupos criminosos.¹²⁷

Além disso, cabe destacar o *Programa de atención especializada para el restablecimiento de derechos y contribución al proceso de reparación integral de niñas, niños y adolescentes víctimas de reclutamiento ilícito que se han desvinculado de grupos armados organizados al margen de la ley*, cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens que foram desvinculados de grupos criminosos, através da reconstrução de seus direitos e acompanhamento para averiguar o acesso às suas garantias.¹²⁸

Ademais, outra política adotada foi o *Plan Nacional para la Niñez y Adolescencia 2009-2019 “Niños y niñas felices y con igualdad de oportunidades”*, com vistas a assegurar os direitos fundamentais, melhores condições de vida e oportunidades, garantindo-lhes condições adequadas de existência, proteção, desenvolvimento e cidadania.¹²⁹

¹²⁷GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Colombia**. 2023. Disponível em <https://ocindex.net/country/colombia>. Acesso em 31 maio 2025.

¹²⁸INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR (ICBF); UNICEF. **Estudio de caracterización de niñez desvinculada de grupos armados organizados en Colombia (2013-2022)**. Bogotá: ICBF; UNICEF, 2023. ISBN 978-958-8514-73-4. Disponível em <https://www.unicef.org/colombia/media/13521/file/Informe%20de%20caracterizaci%C3%B3n%20completa%20.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹²⁹COLOMBIA. Presidencia de la República; Ministerio de Educación Nacional; Ministerio de la Protección Social. **Plan Nacional para la Niñez y la Adolescencia 2009–2019: niños y niñas felices y con igualdad de oportunidades**. 2009. Disponível em https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/plan_nacional_para_la_ninez_y_adolescencia_2009-2019_ninos_y_ninas_felices_y_con_igualdad_de_oportunidades_organized.pdf. Acesso em 31 maio 2025.

13 REPÚBLICA DA GUATEMALA

Localizada na América Central, a Guatemala possui uma geografia diversificada, com planícies costeiras, cadeias montanhosas e florestas tropicais. A população é majoritariamente indígena, com o espanhol como língua oficial. O tipo de governo adotado pelo país é a república presidencial, tendo como seu Presidente Bernardo Arévalo de León.¹³⁰

O país enfrentou um longo conflito armado interno de 36 anos, encerrado em 1996, que deixou profundas marcas sociais e institucionais. Apesar de avanços democráticos, a Guatemala ainda lida com altos índices de violência e desigualdade, especialmente nas áreas urbanas periféricas.¹³¹

A presença de gangues, conhecidas como "*maras*", como a *MS-13* e a *Barrio 18*, é significativa nas zonas urbanas. Essas organizações recrutam crianças e adolescentes, muitas vezes por meio de coerção ou ameaças, para atividades ilícitas como tráfico de drogas, extorsão e assassinatos. Estudos indicam que pessoas entre 8 e 40 anos podem ser membros dessas gangues, com a maioria sendo adolescentes e jovens adultos.¹³²

A ausência de oportunidades econômicas, educação de qualidade e estruturas familiares estáveis contribui ativamente para a vulnerabilidade dos jovens ao recrutamento por gangues, que procuram

¹³⁰CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Guatemala – Introduction.** Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guatemala/#introduction>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³¹USAID. **A Study of Gang Disengagement in Guatemala.** Disponível em: <https://lacc.fiu.edu/research/the-street-gangs-in-central-america-research-initiative-scrain/guatemala-gang.pdf>lacc.fiu.edu. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³²PIRTLE, Danny. **MS-13.** Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/MS-13>. Acesso em: 29 maio 2025.

por estabilidade social nas organizações criminosas. Além disso, a estigmatização social e a criminalização da juventude são problemas comuns que agravam e dificultam de forma latente a reintegração desses ex-membros à sociedade.¹³³

Embora existam iniciativas governamentais e de organizações não governamentais voltadas para a prevenção da violência juvenil, como programas de educação e capacitação profissional, sua cobertura é limitada e muitas vezes insuficiente para atender à demanda. A cooperação internacional, por meio de agências como o UNICEF e a OEA, tem sido fundamental para apoiar projetos de prevenção e reintegração social.¹³⁴

A Guatemala se apresenta no cenário mundial como apoiadora e signatária de tratados internacionais de direitos humanos, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança. No entanto, muitos desafios persistem na implementação efetiva dessas normas, especialmente no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes contra a violência e o recrutamento por grupos criminosos.¹³⁵

¹³³PIRTLE, Danny. **MS-13**. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/MS-13>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁴UNICEF. **Roadmap to Address Armed and Urban Violence in Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/media/49901/file/04%20Armed%20and%20Urban%20Violence%20-%20Advocacy%20Paper%20English%20%28002%29.pdf.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁵OHCHR. **Committee on the Rights of the Child examines report of Guatemala**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2018/01/committee-rights-child-examines-report-guatemala>. Acesso em: 29 maio 2025

14 REPÚBLICA DA NICARÁGUA

A República da Nicarágua é o maior país da América Central, localizado entre Honduras (ao norte) e Costa Rica (ao sul), e sua capital, Manágua, abriga cerca de um sexto da população total de quase 7 milhões de nicaraguenses, considerada como uma das maiores cidades da região. Antiga colônia da Espanha, o país tem como idioma oficial o espanhol, no entanto, em algumas regiões do litoral atlântico é falada uma variante do inglês e várias línguas indígenas.¹³⁶

O país é uma república democrática presidencialista, que tem como presidente, desde 2007 até hoje, Daniel Ortega. Após a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) derrubar o ditador Anastasio Somoza – cuja família governou o país por 45 anos –, em 1979, a Nicarágua foi governada por uma junta liderada por Ortega. Mais tarde, em 1990, a líder da oposição unida, Violeta Chamorro, assumiu a presidência. Contudo, Ortega reassume a presidência em 2007 e, desde então, foi reeleito três vezes consecutivas.¹³⁷

Em 2018, após estudantes irem às ruas protestarem contra as reformas previdenciárias implementadas pelo governo de Ortega, grupos paramilitares e forças governamentais reprimiram violentamente os protestantes, resultando em mais de 300 mortos. Tais violações de direitos humanos por parte do governo nicaraguense foram amplamente repreendidas pela comunidade internacional, contudo, sem muitos efeitos

¹³⁶Nicarágua. **Enciclopédia Humanidades**. Disponível em: <https://humanidades.com/br/nicaragua/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

¹³⁷Dias, Otávio. Nicarágua: uma ditadura sem fim? **Fundação Fernando Henrique Cardoso**. 03 abr. 2024. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/debate/nicaragua-uma-ditadura-sem-fim/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

práticos em solucionar a problemática.¹³⁸ Mais tarde, ao longo de 2018 até 2021, observou-se ainda mais violações no que concerne a: liberdade de expressão, independência eleitoral, liberdade de associação, liberdade religiosa e direitos trabalhistas.¹³⁹

O cenário nicaraguense de profunda instabilidade política, violência sistêmica e guerras civis tornou possível o treinamento de crianças com uso de armas de fogo para lutar ou se defender em conflitos. Há diversos registros da presença de crianças-soldado na luta sandinista da Nicarágua de ambos os lados do conflito: enquanto os Contras realizaram recrutamentos de forma sistemática, os revolucionários sandinistas buscaram fazer um “resgate” dos jovens como forma de defender a própria vida.¹⁴⁰ Em um dos vários relatos da guerra, um militante respondeu ao ser questionado sobre sua opinião acerca do envolvimento das crianças:

Quem tem coragem de negar a elas o direito de se defenderem? Não fomos nós que as colocamos na guerra, foi a contrarrevolução e o imperialismo que as colocaram. Essas crianças às vezes passam meses dormindo em abrigos antiaéreos para se protegerem dos morteiros que estão constantemente atirando contra a população civil do outro lado da fronteira. Veja, aqui, nem as crianças, nem nós, nem os idosos, nem

¹³⁸Amnesty International. **Nicaragua: Authorities unleashed a lethal strategy of repression against protesters.**

29 mai. 2018. Disponível em:

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/05/nicaragua-authorities-unleashed-a-lethal-strategy-of-repression-against-protesters/>. Acesso em: 27 mai. 2025.

¹³⁹Walsh School of Foreign Service. **Nicaragua on the Brink: Protests, Elections, and Mass Atrocity.** 17 mar. 2023. Disponível em:

<https://gjia.georgetown.edu/2023/03/17/nicaragua-on-the-brink-protests-elections-and-mass-atrocity/>. Acesso: 27 maio. 2025.

¹⁴⁰Torres, Elizabeth; Palermo, Yeimy Cardenas; Bedoya, Carol Pertuz. **La infancia y los niños en tiempos de guerra: El caso de Nicaragua, El Salvador y Guatemala.** Palobra. 5 jun. 2018.

nenhuma dessas pessoas que se vêem armadas, se armam para fazer guerra. Nós só fazemos isso porque é a única maneira que temos de proteger nossas vidas.¹⁴¹

A infância dessa geração de crianças foi marcada: por um destaque à participação infantil em guerras, pela associação da figura do mártir à imagem da criança — a exemplo de Brenda Rocha, “o sorriso da Nicarágua” — e pela educação escolar voltada à luta de classes e à revolução sandinista. Ao final dos anos 1980, acordos internacionais para resolução de conflitos militares na América Central, como o Acordo de Paz de Esquipulas, foram firmados, porém, sem nenhuma menção à situação das crianças armadas, invisibilizando-as.¹⁴²

Em relação à legislação referente à proteção das crianças, a Nicarágua assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em fevereiro de 1990, concedendo *status* legal dentro do seu sistema jurídico, e, mais tarde, criou o Conselho Nacional de Atenção e Proteção Integral à Infância e Adolescência.¹⁴³ Além disso, ratificou diversos tratados internacionais importantes, como a Convenção de Genebra de 1949, Protocolo Facultativo do CDC, Estatuto de Roma de 1998 e Tratado de Tráfico de Armas de 2013.¹⁴⁴

¹⁴¹SEMANA. **Nicaragua: crónica de una guerra**. 25 set. 1983. Disponível em: https://www.semana.com/especiales/articulo/nicaragua-cronica-de-una-guerra/3662-3/#google_vignette. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁴²Torres, Elizabeth; Palermo, Yeimy Cardenas; Bedoya, Carol Pertuz. **La infancia y los niños en tiempos de guerra: El caso de Nicaragua, El Salvador y Guatemala**. Palobra. 5 jun. 2018.

¹⁴³SITEAL - Primeira Infância: Nicarágua. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primera-infancia-pdf/nicaragua>. Acesso em: 28 abr. 2025.

¹⁴⁴Andersen, Thea Charlotte; Fylkes Knag, Gunvor; Sapiezynska, Ewa. **Stop the War on Children: Pathways to peace**. SAVE THE CHILDREN, 2024.

15 REPÚBLICA DE CUBA

A República de Cuba tem como capital Havana, que fica localizada na região noroeste da ilha principal. Seu idioma oficial é o espanhol, e a moeda corrente é o peso cubano. Cuba adota uma forma de governo socialista, com um sistema de partido único liderado pelo Partido Comunista. O país é um arquipélago situado no Caribe, composto pela ilha principal e cerca de 2.000 ilhas e ilhotas menores, localizando-se entre o Oceano Atlântico, o Golfo do México e o Mar do Caribe. Ademais, o território tem um clima principalmente tropical, e sua geografia apresenta cordilheiras no sudeste, planícies férteis e uma costa extensa que favorece o turismo.¹⁴⁵

Cuba foi colonizada pela Espanha no século XVII e permaneceu sob domínio espanhol até o fim do século XIX,¹⁴⁶ quando passou a ser protetorado dos Estados Unidos após a Guerra Hispano-Americana.¹⁴⁷ Tornou-se oficialmente independente em 1902, embora mantendo laços estreitos com os EUA até a Revolução Cubana de 1959.¹⁴⁸ Com a ascensão do regime socialista, Cuba passou a enfrentar tensões com os Estados Unidos, incluindo um embargo econômico ainda em vigor. Após a queda da União Soviética, o país entrou em uma grave crise econômica,

¹⁴⁵ ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Cuba**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Cuba>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁴⁶ GZH. **A história de Cuba em 15 momentos**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/A-historia-de-Cuba-em-15-momentos-4665871.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁴⁷ ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Spanish-American War**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Spanish-American-War>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁴⁸ ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Cuban Revolution**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Cuban-Revolution>. Acesso em: 30 maio 2025.

mas sobreviveu por meio de reformas limitadas e de alianças estratégicas com outros países latino-americanos.¹⁴⁹

Outrossim, a Revolução Cubana de 1959 representou um divisor de águas para a infância e juventude no país, com a implantação de um modelo estatal que prioriza educação, saúde e proteção social.¹⁵⁰ A partir de então, o governo cubano investiu amplamente em programas sociais, buscando erradicar a pobreza infantil e garantir o acesso universal à educação. No entanto, relatos históricos e acadêmicos apontam que, mesmo com esses avanços, persistem práticas de violência simbólica e institucional, incluindo repressão à juventude envolvida em comportamentos considerados desviantes ou contrários à moral revolucionária.¹⁵¹ Estudos também apontam para desigualdades raciais e de gênero que afetam especialmente adolescentes em situação de vulnerabilidade social.¹⁵²

Nesse viés, a república não enfrenta os níveis de violência armada e crime organizado observados em muitos outros países da América Latina, por consequência do controle estatal rigoroso, que contribui para esse cenário. No entanto, formas mais sutis de violência, como disciplina violenta no ambiente familiar e escolar, discriminação, abuso psicológico

¹⁴⁹ PRADO, Carlos Batista. **A morte e a ressurreição de Cuba**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlosbatistaprado.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁵⁰ A VERDADE. **A Campanha Nacional de Alfabetização de 1961 em Cuba**. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/10/a-campanha-nacional-de-alfabetizacao-de-1961-em-cuba/>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁵¹ MARTÍNEZ, J. R. Cuba. In: **Estudos Sociais sobre a América Latina**. [S.l.]: [s.n.], 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁵² PRADO, Carlos Batista. **A morte e a ressurreição de Cuba**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlosbatistaprado.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

e exposição à violência de gênero, afetam crianças e adolescentes cubanos.¹⁵³

Dessa forma, o país implementa uma política de atenção integral à infância, adolescência e juventude¹⁵⁴ baseada em princípios de equidade, justiça social e universalidade dos direitos. Essa política é coordenada por diversas instituições estatais e visa a prevenção de todas as formas de violência, o apoio à formação e participação ativa dos jovens e a reinserção social em casos de vulnerabilidade. Além disso, destaca-se a atuação do programa *Educa a tu Hijo* (Eduque seu Filho), que tem como objetivo favorecer o desenvolvimento integral das crianças por meio do fortalecimento do papel das famílias na sua educação.¹⁵⁵

Por fim, o país tem reiterado seu compromisso com a Convenção sobre os Direitos da Criança¹⁵⁶ através de suas estratégias supracitadas. Ademais, essas políticas representam um compromisso do Estado cubano com a proteção e promoção dos direitos das novas gerações, alinhando-se à Constituição de 2019.¹⁵⁷ Desse modo, busca garantir que crianças, adolescentes e jovens sejam reconhecidos como sujeitos de

¹⁵³ UNICEF; GOVERNO DE CUBA. **Estudio sobre la violencia que afecta a niñas, niños y adolescentes en Cuba**. Havana: UNICEF, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/cuba/en/press-releases/study-violence-affecting-children-and-adolescents-cuba-was-launched>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁵⁴ Granma. **Cuba conta com uma política de atenção integral à infância, adolescência e juventude**. 21 jul. 2023. Disponível em: <https://pt.granma.cu/cuba/2023-07-21/cuba-counta-com-uma-politica-de-atencao-integral-a-infancia-adolescencia-e-juventude>. Acesso em: 30 maio 2025

¹⁵⁵ SITEAL. **Cuba - Primera Infancia**. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primera-infancia-pdf/cuba>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁵⁶ **Ibidem**.

¹⁵⁷ GRANMA. **Constitución de la República de Cuba**. Disponível em: <https://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

direitos, cuja garantia deve ser materializada em nível coletivo e individual.

16 REPÚBLICA DE EL SALVADOR

El Salvador, sendo o menor país da América Central, possui uma geografia predominantemente vulcânica e clima tropical. Desde o ano de 2001, adotou o dólar norte-americano como moeda oficial. Por mais que apresente uma pequena extensão territorial, enfrenta desafios significativos relacionados à violência armada urbana, especialmente nas periferias urbanas, onde crianças e jovens vivem sob constante insegurança.¹⁵⁸

O país vivenciou entre os anos de 1980 e 1992, uma guerra civil que resultou em mais de 75 mil mortes e deixou cicatrizes profundas na sociedade salvadorenha. Embora os Acordos de Paz de Chapultepec tenham encerrado o conflito, a falta de políticas eficazes para reintegrar ex-combatentes e fortalecer as instituições de segurança pública contribuiu para a proliferação de estruturas paralelas de poder em áreas urbanas. Além disso, o retorno de jovens deportados dos Estados Unidos, muitos com vínculos a redes criminosas, agravou a situação.¹⁵⁹

Desde março de 2022, o governo de Nayib Bukele implementa um Estado de Exceção, prorrogado mensalmente, que suspende garantias constitucionais básicas para combater o crime organizado. Essa medida resultou na prisão de mais de 85 mil pessoas até março de 2025, incluindo mais de 3.300 menores de idade. Denúncias internacionais apontam que

¹⁵⁸HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2022, El Salvador**. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/el-salvador>. Acesso em: 20 de maio de 2025

¹⁵⁹ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **El Salvador – Civil War, Conflict, Refugees**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/El-Salvador/Civil-war>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

muitos desses jovens foram detidos arbitrariamente, sem provas concretas, sob acusações genéricas de pertencimento a grupos ilegais.¹⁶⁰

Inaugurado em janeiro de 2023, o Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT) tornou-se símbolo da política de segurança do governo. Com capacidade para 40 mil presos, abriga atualmente cerca de 15 mil detentos, incluindo migrantes venezuelanos deportados. Nesse contexto, relatórios indicam que muitos desses indivíduos não possuem condenações formais, sendo apresentados como criminosos perigosos.¹⁶¹

A problemática da crise migratória também afeta diretamente a infância e juventude salvadorenha. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) mostram que, entre janeiro e junho de 2023, mais de 5.500 salvadorenhos foram deportados, sendo aproximadamente 860 crianças e adolescentes. Esses jovens retornam a um país onde enfrentam estigmatização e ausência de políticas específicas de acolhimento, agravando sua vulnerabilidade.¹⁶²

A existência de políticas públicas voltadas à juventude em situação de risco ainda são limitadas. Embora o governo promova projetos como o *Plan Control Territorial* (Plano de Controle Territorial), essas iniciativas têm cobertura restrita e não abordam os determinantes estruturais da violência juvenil. Muitas organizações internacionais alertam que as

¹⁶⁰HUMAN RIGHTS WATCH. ***Your Child Does Not Exist Here: Human Rights Abuses Against Children Under El Salvador's State of Emergency.*** Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/07/16/your-child-does-not-exist-here/human-rights-abuses-against-children-under-el> Acesso em: 20 de maio de 2025.

¹⁶¹***Ibidem.***

¹⁶²INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. ***Returned Migrants to El Salvador: January - June 2023.*** Disponível em: https://infounitnca.iom.int/uploads/ENG/es/2023/6/SV_June2023_ENG.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2025.

estratégias salvadorenhas priorizam o uso da força em detrimento da prevenção, comprometendo a reconstrução do tecido social e impedindo a socialização desses jovens marginalizados na sociedade.¹⁶³

No cenário internacional, El Salvador é signatário de tratados importantes, como a Convenção sobre os Direitos da Criança. Entretanto, o país tem sido alvo de críticas por implementar políticas punitivas sem o devido respaldo em direitos humanos, colocando em xeque seus compromissos nas instâncias multilaterais.¹⁶⁴

¹⁶³EL SALVADOR. **Presidencia de la República. Plan Control Territorial.** Disponível em: <https://www.presidencia.gob.sv/tag/plan-control-territorial/>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁴UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of the Child. United Nations Treaty Collection.** Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11&chapter=4&clang=_en. Acesso em: 20 de maio de 2025.

17 REPÚBLICA DE HONDURAS

Honduras, localizado na América Central, possui uma geografia diversificada, com principalmente montanhas no interior e estreitas planícies costeiras. A população é indígena em sua grande maioria, com o espanhol como língua oficial e presença de dialetos ameríndios. O tipo de governo adotado pelo país é a república presidencial, tendo como seu Presidente Iris Xiomara Castro de Zelaya.¹⁶⁵

O país enfrenta desafios significativos relacionados à violência urbana e ao envolvimento de jovens em atividades criminosas. As gangues, conhecidas como *Maras*, como a *MS-13* e a *Barrio 18*, exercem controle sobre diversos bairros, utilizando violência e intimidação para manter sua influência. Estima-se que existam entre 5.000 e 40.000 membros ativos dessas gangues no Estado.¹⁶⁶

A vulnerabilidade dos jovens se manifesta pela falta de oportunidades educacionais e econômicas, tornando-os alvos fáceis para o recrutamento por grupos criminosos. Muitas vezes, crianças e adolescentes são coagidos a se juntar a essas organizações, enfrentando ameaças de violência caso recusem. Além disso, meninas são frequentemente forçadas a se relacionarem afetivamente com membros dessas organizações, sendo submetidas a abusos físicos e sexuais.¹⁶⁷

¹⁶⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Honduras – Government**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/honduras/#government>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁶PIRTLE, Danny. **MS-13**. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/MS-13>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁷UNHCR. **How Honduran street violence threatens children's education**. Disponível em: <https://www.unhcr.ca/news/honduran-street-violence-threatens-childrens-education/>. Acesso em: 29 maio 2025.

Apesar de esforços por parte do governo e de organizações não governamentais, como por exemplo o projeto *Alianza Joven Honduras*, em português “Aliança Jovem Honduras”— que estabeleceu Centros de Alcance em comunidades vulneráveis, oferecendo atividades educativas e recreativas para jovens — a eficácia das políticas de segurança pública é limitada. Ademais, a implementação de estados de exceção e medidas repressivas não tem conseguido conter a violência de forma sustentável. Além disso, a corrupção e a infiltração de criminosos nas instituições estatais dificultam a aplicação efetiva da lei.¹⁶⁸

Organizações internacionais, como o UNICEF¹⁶⁹ e a OEA, têm enfatizado a importância de abordagens baseadas em direitos humanos e na proteção da infância para enfrentar a violência juvenil. No entanto, a problemática ainda cerca a sociedade hondurenha e persistem as captações de jovens e crianças para o crime organizado.¹⁷⁰

¹⁶⁸CREATIVE ASSOCIATES INTERNATIONAL. **Honduras violence prevention belongs to everyone.** Disponível em: [https://www.creativeassociatesinternational.com/story/honduras-violence-prevention-belongs-everyone/Creative Associates International](https://www.creativeassociatesinternational.com/story/honduras-violence-prevention-belongs-everyone/Creative%20Associates%20International). Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁹UNICEF. **Roadmap to Address Armed and Urban Violence in Latin America and the Caribbean.** Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/media/49901/file/04%20Armed%20and%20Urban%20Violence%20-%20Advocacy%20Paper%20English%20%28002%29.pdf.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

¹⁷⁰OAS. **Prevention of Violence.** Disponível em: <https://www.oas.org/ext/en/main/oas/our-structure/gs/sms/dps/prevention-violence>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

18 REPÚBLICA DO CHILE

A República do Chile é um país sul-americano com uma geografia singular caracterizado por uma extensa faixa territorial estreita, o que confere a ele uma diversidade de climas e ecossistemas, indo do deserto do Atacama, ao norte, até as regiões frias da Patagônia, ao sul. Ademais, o país é uma República presidencialista, sua capital é Santiago, tem como idioma oficial o espanhol, decorrente de seu processo de colonização e a sua moeda é o Peso chileno.¹⁷¹

O Chile tem uma história marcada por momentos de estabilidade e instabilidade. Após a independência do domínio espanhol em 1818, o país passou por diversas transformações políticas. Nesse contexto, o golpe militar de 1973,¹⁷² liderado por Augusto Pinochet, instaurou uma ditadura que durou até 1990, marcada por graves violações de direitos humanos e repressão violenta a opositores. Apesar da redemocratização, vestígios institucionais e culturais desse período ainda são percebidos, especialmente na atuação das forças de segurança e na relação entre Estado e cidadãos.¹⁷³

Em relação à infância e juventude, o Chile tem enfrentado dificuldades históricas em proteger plenamente esse grupo.¹⁷⁴ No período

¹⁷¹ ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; **Manual de Exportação – Chile**; 2022.

¹⁷² CNN BRASIL. **Como foi o golpe no Chile em 1973? Relembre origem, responsáveis e consequências.** *CNN Brasil*, 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-foi-o-golpe-no-chile-em-1973-relembre-origem-responsaveis-e-consequencias/>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁷³ MIRA, Julieta. **Violencia institucional de las fuerzas de seguridad en tiempos de pandemia: La Argentina y su deuda democrática.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/360009732>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁷⁴ Rojas Flores, Jorge; **Historia de la infancia en el Chile republicano, 1810–2010**; 2022.

republicano, os discursos sobre a infância evoluíram de uma perspectiva moralista e assistencialista para uma abordagem mais cidadã, com a criação de instituições voltadas à proteção de crianças vulneráveis.¹⁷⁵ No entanto, essas mudanças nem sempre significaram uma ruptura com práticas punitivas ou de exclusão, especialmente em contextos de pobreza e marginalização social.

O *estallido social* de 2019,¹⁷⁶ com participação ativa de adolescentes, expôs a insatisfação generalizada com a desigualdade social e os limites da democracia chilena. A resposta violenta do Estado, com uso abusivo da força, revelou a persistência de práticas autoritárias e a falta de proteção efetiva da juventude em manifestações públicas.¹⁷⁷

Outrossim, nos últimos anos, o Chile tem enfrentado um aumento significativo da violência armada e da atuação do crime organizado.¹⁷⁸ Essa realidade tem afetado diretamente crianças e adolescentes, que vivem em territórios com presença crescente de grupos criminosos, além de estarem vulneráveis à violência institucional e familiar. O crescimento da violência juvenil também se conecta às condições de exclusão e falta de oportunidades, especialmente nas periferias urbanas. Nesse viés, o governo chileno tem promovido reformas em seus sistemas de proteção à infância, com foco na criação de Residências Familiares organizadas

¹⁷⁵ **Ibidem.**

¹⁷⁶ DE LA CUADRA, Fernando. **Conflicto social e movimiento estudiantil no Chile.** *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, n. 42, p. 173–194, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/whfy9kCgb8jsT7LK5gvxwdq/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁷⁷ MIRA, Julieta. **Violencia institucional de las fuerzas de seguridad en tiempos de pandemia: La Argentina y su deuda democrática.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/360009732>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁷⁸ DEUTSCHE WELLE. **Expansão do crime organizado impulsiona violência no Chile.** DW Brasil, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/expans%C3%A3o-do-crime-organizado-impulsiona-viol%C3%Aancia-no-chile/a-69109588>. Acesso em: 28 maio 2025.

por faixa etária e na ampliação de recursos para instituições de acolhimento.¹⁷⁹

Além disso, desde a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança,¹⁸⁰ o Chile tem buscado consolidar um arcabouço institucional de proteção à infância. Um marco importante foi a transição de responsabilidade do criticado Serviço Nacional de Menores (SENAME)¹⁸¹ para o *Servicio Nacional de Protección Especializada a la Niñez y Adolescencia*¹⁸² (*Mejor Ninez*), que visa oferecer respostas mais eficazes e humanizadas aos casos de vulnerabilidade infanto juvenil.¹⁸³ Adicionalmente, o país conta ainda com programas relevantes como o *Chile Crece Más*,¹⁸⁴ que articula ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação e assistência social voltadas à primeira infância, além de

¹⁷⁹ CASTILLO C., Claudio. **Mais alternativas para a proteção da infância e adolescência**. El País, Santiago, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2025-01-08/mas-alternativas-para-la-proteccion-de-la-infancia-y-adolescencia.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸⁰ UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília: UNICEF Brasil, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸¹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CIDH expressa preocupação com a situação de crianças e adolescentes em centros de detenção no Chile**. 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/006.asp>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸² CHILE. Ministerio de Desarrollo Social y Familia. **Servicio Nacional de Protección Especializada a la Niñez y Adolescencia**. Santiago: Gobierno de Chile, [2025]. Disponível em: <https://www.servicioproteccion.gob.cl/portal/>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸³ CHILE. Servicio Nacional de Menores. **Comienza a funcionar Servicio Mejor Niñez y Sename queda a cargo de justicia y reinserción juvenil**. Santiago: SENAME, 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.sename.cl/web/index.php/2021/10/01/comienza-a-funcionar-servicio-mejor-ninez-y-sename-queda-a-cargo-de-justicia-y-reinsercion-juvenil/>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸⁴ CHILE. Ministerio de Desarrollo Social y Familia. **Chile Crece Más (ex Chile Crece Contigo)**. Santiago: ChileAtiende, 2024. Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/2161-chile-crece-mas-ex-chile-crece-contigo>. Acesso em: 28 maio 2025.

iniciativas de ampliação do acesso à educação básica e redução da mortalidade infantil.

Em suma, apesar dos avanços institucionais, persistem desafios significativos relacionados à atuação das forças de segurança, que continuam sendo denunciadas por uso excessivo da força e abordagens violentas contra jovens, sobretudo em contextos de protestos ou em territórios marginalizados.¹⁸⁵ A atuação do Estado em organismos internacionais têm enfatizado o compromisso com os direitos humanos, mas a implementação efetiva dessas diretrizes ainda é desigual.¹⁸⁶

¹⁸⁵ MIRA, Julieta. **Violencia institucional de las fuerzas de seguridad en tiempos de pandemia: La Argentina y su deuda democrática**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/360009732>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸⁶ O GLOBO. **Violações de direitos humanos no Chile são as mais graves desde a redemocratização, diz relatório**. O Globo, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/violacoes-de-direitos-humanos-no-chile-sao-as-mais-graves-desde-redemocratizacao-diz-relatorio-24155594>. Acesso em: 28 maio 2025.

19 REPÚBLICA DO EQUADOR

A República do Equador é uma nação sul-americana situada na região noroeste do subcontinente, fazendo fronteira com a Colômbia, o Peru e o Oceano Pacífico. A capital é Quito, cidade andina localizada a mais de 2.800 metros de altitude e considerada Patrimônio Mundial pela UNESCO. O nome do país advém de sua posição geográfica, atravessada pela linha do Equador, que divide os hemisférios Norte e Sul. O idioma oficial é o espanhol, embora também sejam reconhecidas línguas indígenas como o *quíchua* e o *shuar*, e a moeda corrente é o dólar americano.¹⁸⁷

Geograficamente, o Equador é composto pela região costeira, a serra andina, a Amazônia equatoriana e o arquipélago de Galápagos, célebre por sua biodiversidade única.¹⁸⁸ No aspecto histórico, o território foi originalmente habitado por povos indígenas, notadamente os *Quitus* e os *Cañaris*, e posteriormente integrado ao Império Inca antes da chegada dos colonizadores no século XVI. O país conquistou sua independência da Espanha em 1822, integrando inicialmente a Grã-Colômbia antes de se tornar uma república autônoma em 1830.¹⁸⁹

Ao longo do século XX e início do século XXI, o país enfrentou instabilidades políticas e econômicas, com sucessivas mudanças de presidentes e crises institucionais.¹⁹⁰ Nos últimos anos, buscou-se

¹⁸⁷ KNAPP, Gregory W.; VÉLEZ, Homero Pozo; MACLEOD, Murdo J. **Ecuador**. Encyclopedia Britannica, 25 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ecuador>. Acesso em 30 de abril de 2025.

¹⁸⁸ **Ibidem.**

¹⁸⁹ FIGUEROA, José Antônio. **Ecuador**. Enciclopédia Latino-americana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/ecuador>. Acesso em 30 de abril de 2025.

¹⁹⁰ **Ibidem.**

consolidar um sistema democrático mais estável, embora desafios como a desigualdade social e a crescente presença do crime organizado ainda persistam. O atual presidente Daniel Noboa, eleito em 2023, governa em meio a um contexto de forte tensão interna, tendo decretado estado de exceção para combater a violência e o avanço das organizações criminosas no país.¹⁹¹

Logo, é possível evidenciar um momento de intensificação das políticas de segurança. A partir dos governos de Lenín Moreno e Guillermo Lasso, o país adotou uma retórica de “guerra interna”, levando à ampliação das operações militares em áreas urbanas e periféricas.¹⁹² A política de segurança nacional passou a ser estruturada em torno das chamadas “novas ameaças”, entre elas o narcotráfico e o terrorismo, promovendo uma redefinição da doutrina de defesa e aumentando a presença das Forças Armadas nas ruas.¹⁹³

Esse contexto de militarização ampliou a percepção de insegurança entre os cidadãos e criou um ambiente propício para o aliciamento de crianças e adolescentes por redes criminosas, que operam

¹⁹¹ HERRERA, Stalin; MACAROFF, Anahí. **Daniel Noboa, el joven presidente del Ecuador**. Rosa Luxemburg Stiftung: Análisis y debate, vol. 57, 2023. Disponível em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/Daniel-noboa-joven-presidente-del-ecuador.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2025.

¹⁹² MACHADO, G. Q. **O dilema da (in)segurança no Equador: o combate militarizado do narcotráfico nos governos de Lenín Moreno (2017-2021) e Guillermo Lasso (2021-2023)**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7780>. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹⁹³ VALDIVIESO, C.; DOS SANTOS, J. **Equador e as novas ameaças: Uma leitura a partir dos documentos de defesa**. Revista NEIBA: Cadernos Argentina Brasil, vol. 9(1), p. 01-23, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristian-Valdivieso-2/publication/342053621_Ecuador_e_as_novas_ameacas_uma_leitura_dos_documentos_de_defesa/links/5ee01d96a6fdcc47689430f0/Equador-e-as-novas-ameacas-uma-leitura-dos-documentos-de-defesa.pdf. Acesso em 12 de maio de 2025.

sobretudo em bairros marginalizados.¹⁹⁴ O país tornou-se um ponto estratégico no tráfico internacional de drogas, o que aumentou a atuação de facções e cartéis transnacionais em seu território.¹⁹⁵ Desse modo, no que se refere a infância armada, a ausência de políticas públicas eficazes para a juventude, em especial no que diz respeito à educação, ao trabalho e à cultura, tem facilitado o recrutamento de menores, que veem nas organizações criminosas uma alternativa de sobrevivência.¹⁹⁶

No tocante à sua política externa, o governo equatoriano mantém uma estreita cooperação com organizações internacionais, especialmente em programas de proteção à infância migrante. Nesse sentido, em 5 de novembro de 2018, foi aprovado o “*Protocolo de atención para niñas, niños, adolescentes y sus familias en contextos de movilidad humana*”, voltado à proteção de crianças migrantes e refugiadas, elaborado com apoio técnico da UNICEF e implementado pelos Ministérios de Relaciones Exteriores e Inclusão Económica e Social do Equador.¹⁹⁷

¹⁹⁴ GONZÁLEZ, J. P. V. **Perception of citizen insecurity in the face of organized crime in Ecuador: A documentary review.** Revista Iberoamericana de Educación, vol. 9(1), 135–145, 2025. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.org/index.php/es/article/view/293>. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹⁹⁵ RIVERA-RHON, R.; BRAVO-GRIJALVA, C. **Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico.** URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, vol. 28, p. 8–29, 2020. Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?pid=S1390-42992020000300008&script=sci_arttext. Acesso em 12 de maio de 2025.

¹⁹⁶ **Ibidem.**

¹⁹⁷ UNICEF. **Gobierno de Ecuador celebra aprobación de protocolo de atención para niños en movilidad humana en Ecuador.** Quito, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/ecuador/comunicados-prensa/unicef-resalta-la-aprobación-de-un-protocolo-de-atención-para-niños-en-movilidad>. Acesso em: 15 jun. 2025.

20 REPÚBLICA DO HAITI

Banhado pelas águas caribenhas, o Haiti ou, formalmente, República do Haiti, ganha seu nome em decorrência de sua geografia, já que a terminologia “*Ayiti*”, ou seja, terras montanhosas — em tradução livre, foi utilizada pelos povos originários *Arawak* para batizar sua terra cativa.¹⁹⁸ Ademais, com sua população de majoritária ascendência africana, trazidos exclusivamente para exercer trabalho escravo, torna-se possível, ainda nos dias contemporâneos, enxergar os reflexos de desigualdade social e dilemas históricos deixados pelo período de colonização francesa.¹⁹⁹

Seguindo tal perspectiva, processos históricos auxiliaram a metodologia de segregação e ascensão do monopólio do Poder Estatal em favor da elite haitiana. Em consequência, mesmo sendo um dos primeiros países a abolir a escravatura no continente americano, através da Revolução Haitiana, o racismo ainda é uma narrativa recorrente em um mundo pós-colonial, gerando a propagação de práticas vigentes e aceitáveis ainda nos anos de escravidão. Ainda assim, novas atitudes discriminatórias reproduzem entendimentos nocivos e antiquados, resultam em um Haiti desigual e fragmentado, nos anos hodiernos, atuando como acentuadores da problemática supracitada.²⁰⁰

A manutenção centralizada nas mãos de uma minoria social, mesmo com a declaração da independência ainda no século XVII, não rompeu as estruturas coloniais, promovendo uma dependência

¹⁹⁸GIRAULT, Christian Antoine; LAWLESS, Robert. Britannica. **HAITI**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Haiti>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁹⁹DUBOIS, Laurent. **Os condenados da terra: a Revolução Haitiana e o problema da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

²⁰⁰**Ibidem.**

econômica externa. Desse modo, ao longo dos anos, a república negra de *Hispaniola*²⁰¹ enfrentou grandes revéses de instabilidade política, como disputas internas pelo poderio político, tornando o país submisso à interferências externas por países como França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, que chegou a realizar uma intervenção militar no território haitiano entre os anos de 1915 a 1934.²⁰²

Agora, no século XXI, a política da pátria haitiana dar-se-á através de um modelo que segue marcado por instabilidade e desafios estruturais. Sob esse panorama, a ausência de instituições sólidas e a crescente influência de grupos armados têm comprometido a governabilidade do país, já que, em meio a uma escalada de violência e ao controle de gangues, a renúncia do Primeiro-Ministro Ariel Henry ilustra a fragilidade do Estado haitiano.²⁰³ Portanto, tais grupos armados, que primariamente surgiram como aliados políticos, evoluíram para entidades autônomas que desafiam as autoridades estatais, materializando a crise de segurança e gerando obstáculos para a implementação de políticas públicas eficazes.²⁰⁴

No que tange a proteção aos direitos dos jovens cidadãos haitianos, é válido salientar que apesar dos esforços legislativos e institucionais, desafios significativos ainda são encontrados. Nesse sentido, o país ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em

²⁰¹**Hispaniola** corresponde ao território ao qual encontramos o Haiti e a República Dominicana.

²⁰²MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: uma história de instabilidade política**. São Paulo: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010.

²⁰³LE MONDE. **Haiti's 40 years of political instability**. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/03/14/haiti-s-40-years-of-political-instability_6619688_4.html. Acesso em: 30 maio 2025.

²⁰⁴ASSOCIATED PRESS. **Why is Haiti so chaotic? Leaders used street gangs to gain power. Then the gangs got stronger**. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/142c57f868c5f8b0cdf01627b3f5350b>. Acesso em: 30 maio 2025.

1995, comprometendo-se com a garantia do bem-estar infantil, porém a implementação de mecanismos eficazes é acometida por uma instabilidade política tangível, uma vez que muitas crianças vivem em condições precárias, enfrentando riscos de violência, exploração e negligência.²⁰⁵

Assim, organizações como o Instituto do Bem-Estar Social e Pesquisas (IBESR) trabalham em parceria com entidades internacionais para fortalecer os sistemas de proteção, contudo os avanços ainda são limitados em detrimento das complexas realidades sociais e econômicas do país.²⁰⁶ Desse modo, a ausência de uma sistemática estatal integralmente funcional, somada à escassez de investimentos públicos, impedem a consolidação de políticas permanentes voltadas ao público infanto-juvenil.

Outrossim, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em contexto de crises humanitárias, desempenha um papel crucial na promoção dos direitos das crianças haitianas. Logo, tal instituição global implementa programas que abarcam diversas assistências sociais, intensificando suas ações no território do Haiti em face das catástrofes naturais e escalada recorrente da violência no país, estabelecendo uma seguridade social para os menores. Por isso, o UNICEF demonstra sua urgência para mitigar os impactos diversos sobre a infância e, conseqüentemente, promove um ambiente mais propício ao desenvolvimento das futuras gerações haitianas.²⁰⁷

²⁰⁵UNICEF. **Child Protection | UNICEF Haiti**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/haiti/en/child-protection>. Acesso em: 30 maio 2025.

²⁰⁶**Ibidem.**

²⁰⁷UNICEF. **Five ways UNICEF is supporting Haiti's children**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/stories/five-ways-unicef-supporting-haitis-children>. Acesso em: 30 maio 2025.

21 REPÚBLICA DO PANAMÁ

A República do Panamá, localizada no extremo sudeste da América Central, constitui um elo geográfico e estratégico entre a América do Sul e a América do Norte. Sua capital é a Cidade do Panamá, um importante centro financeiro e portuário situado na costa do Pacífico, nas proximidades da entrada do Canal do Panamá. O idioma oficial é o espanhol, embora línguas indígenas, como o *guna* e o *ngäbere*, também sejam faladas por parte da população. A moeda oficial é o balboa, usada em conjunto com o dólar americano que circula amplamente no país desde o início do século XX.²⁰⁸

O seu território apresenta uma geografia marcada por cadeias montanhosas, florestas tropicais e duas longas faixas costeiras banhadas pelos oceanos Atlântico e Pacífico. O Canal do Panamá, inaugurado em 1914, representa uma das mais importantes vias de comércio marítimo do mundo, ligando os dois oceanos e consolidando o país como uma potência logística global.²⁰⁹ Historicamente, o Panamá fez parte do Vice-Reino da Nova Granada sob domínio espanhol e integrou a Grã-Colômbia após a independência, separando-se definitivamente da Colômbia em 1903, com apoio dos Estados Unidos, que assumiram o controle do canal até sua devolução definitiva em 1999.²¹⁰

A política tem se estruturado em bases democráticas desde o final da ditadura militar encerrada em 1989, quando os Estados Unidos

²⁰⁸ MILLET, Richard L.; ANGUIZOLA, Gustavo; GORDON, Burton L. **Panama**. Encyclopedia Britannica, 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Panama>. Acesso em 30 de abril de 2025.

²⁰⁹ **Ibidem.**

²¹⁰ HARDING, Robert C. **The history of Panama**. Bloomsbury Publishing, USA, 2006.

invadiram o país para prender o então presidente Manuel Noriega.²¹¹ Desde então, o país experimentou crescimento econômico estável, impulsionado pelo comércio e serviços financeiros, embora persista a desigualdade social, especialmente em áreas indígenas e periféricas. Frente às consequências ainda latentes do colonialismo e imperialismo no país, a conjuntura hodierna não é plenamente suficiente para impedir a marginalização da juventude e infância.

Atualmente, o governo panamenho, sob a presidência de Laurentino Cortizo, tem buscado conciliar o desenvolvimento econômico com a ampliação de políticas sociais, enfrentando também os desafios da violência urbana, da corrupção e da crescente presença de redes do narcotráfico internacional em seu território. O país segue uma agenda de segurança centrada na prevenção do crime e na cooperação internacional, mas enfrenta dificuldades estruturais em seu sistema público de segurança.²¹²

Estudos apontam para a falta de coerência entre a formulação e a execução das políticas públicas na área, gerando o que foi chamado de “incongruência ignorada” por Ortega Gonzalez, em 2022.²¹³ De tal sorte, embora a militarização não seja predominante como em outros países latino-americanos, ainda há desafios relacionados à falta de políticas específicas para juventudes em situação de vulnerabilidade.²¹⁴

²¹¹ RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. Contexto Internacional, v. 34, p. 9-41, 2012.

²¹² CARRIZO JAÉN, JOSÉ GABRIEL et al. **Informe: Informe a la Nación, Presidente Laurentino Cortizo**. Disponível em: <https://repositorio.asamblea.gob.pa/handle/001/1229>. Acesso em 12 de maio de 2025.

²¹³ ORTEGA GONZALEZ, A. **The Missing Mismatch: A case study of Panama's public security systems issues using the agent-based approach (ABA)**. Journal of Systems Thinking Preprints, 2022. DOI: 10.54120/jost.pr000011.v1.

²¹⁴ **Ibidem**.

Nos últimos anos, o Estado panamenho reforçou seus laços diplomáticos e sua imagem externa como ator comprometido com a estabilidade regional e o combate ao crime transnacional. Ao mesmo tempo, a criminalização da juventude periférica se manifesta nas práticas policiais, que ainda carecem de mecanismos sólidos de controle e formação cidadã. A ausência de programas de reintegração e inclusão social torna os adolescentes mais suscetíveis ao envolvimento com grupos ilegais, mesmo que o recrutamento sistemático de menores não seja um fenômeno amplamente documentado no país.²¹⁵

No tocante à sua atuação na arena internacional, em 27 de maio de 2024 o Panamá assinou um convênio entre a *Corporación Andina de Fomento* (CAF), UNICEF e o *Ministerio de Desarrollo Social de Panamá* (MIDES) para implementar a Política Pública de Primeira Infância, voltada ao fortalecimento de serviços universais para crianças de até 4 anos, com financiamento.²¹⁶ Além disso, o país ratificou o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, que permite comunicações individuais em contextos de conflitos armados.²¹⁷

²¹⁵ LESCURE, J. U.; MONTERREY, V. C. **La seguridad nacional y las relaciones internacionales de Panamá durante los años 2019–2024**. Emergentes - Revista Científica, vol. 4(3), p. 305–325, 2024. DOI: <https://doi.org/10.60112/erc.v4i3.219>.

²¹⁶ CAF; UNICEF; MIDES. **CAF y UNICEF apoyarán al MIDES en la implementación de la Política Pública de Primera Infancia**. Panamá, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/caf-y-unicef-acompanaran-al-mides-en-la-implementacion-de-la-politica-publica-de-primera-infancia/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

²¹⁷ UNICEF Panamá. **Ratificación del Tercer Protocolo Facultativo a la CDN. Panamá, s.d.** Disponível em: <https://www.unicef.org/panama/historias/ratificacion-del-tercer-protocolo-facultativo-de-la-convencion-sobre-los-derechos-del>. Acesso em: 15 jun. 2025.

22 REPÚBLICA DO PARAGUAI

A República do Paraguai ou, simplesmente, Paraguai é conhecida pela sua capital Assunção e por ter a população mais homogênea comparada aos outros países da América do Sul, sendo sua maioria composta por ascendência européia e Guaraní. No país, a cultura Guaraní é fortemente representada através da arte e festas populares, tendo o guaraní e o espanhol como línguas oficiais do povo paraguaio. Dessa forma, é válido ressaltar que o país faz fronteira com a Bolívia, o Brasil e com a Argentina e tem seu sistema de governo caracterizado por uma república multipartidária com Santiago Peña atualmente no poder.²¹⁸

A história do Paraguai é marcada por diversas turbulências políticas e regimes autoritários, o país esteve envolvido na Guerra da Tríplice Aliança de 1864 a 1970, contra Argentina, Brasil e Uruguai, como também se envolveu na Guerra do Chaco de 1932 a 1935, contra a Bolívia. Não obstante, o país viveu em 1947 uma tensa guerra civil e durante os anos de 1954 a 1989 sofreu com uma longa ditadura de Alfredo Stroessner. Esse cenário político foi responsável por um intenso legado de medo e censura entre os paraguaios, tendo enfrentado um conturbado processo de democratização e corrupção.²¹⁹

Nesse sentido, apesar de um passado rebelado, cabe mencionar que hoje o Paraguai faz parte da Tríplice Fronteira, que compreende a região de fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil, esse território nada mais é do que um encontro de integração entre os países, além de possuir localização privilegiada, potencializando o desenvolvimento econômico

²¹⁸ **Paraguay.** Encyclopædia Britannica, [S. l.], disponível em: <https://www.britannica.com/place/Paraguay>. Acesso em: 6 maio 2025.

²¹⁹ **Ibidem.**

do território.²²⁰ Porém, atualmente, esse local tornou-se uma parte importante da geopolítica do narcotráfico, uma vez que há fortes relações entre o mercado lícito e o ilícito, no cenário de fragilidade institucional e política que existe no país.²²¹

Dessa forma, quando o processo de democratização começou em 1989, os níveis de acesso à saúde, educação básica e desenvolvimento urbano do Paraguai estavam entre os mais baixos da América Latina, isso se deu pelo fato do regime ditatorial ter causado uma transformação radical na economia política do país e ter facilitado a penetração de grupos do crime organizado relacionados ao narcotráfico. A corrupção desenfreada envolvendo políticos, juízes e policiais criou um terreno fértil para todos os tipos de atividades ilícitas transfronteiriças, permitindo que o crime organizado crescesse e prosperasse durante o período de regime.²²²

Com isso, o Paraguai deixou de ser um país de trânsito de pessoas para se tornar um canal frequente do narcotráfico, além de liderar a produção ilegal de maconha na América do Sul, o Paraguai é um importante ponto de tráfico para o Brasil, como também funciona como

²²⁰ARNIEL, Alexandra; MATOS, Silvana Pires de. **Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai: integração comercial, social, econômica e cultural que expressam relações na escala local-global**. In: KOZENIESKI, Éder Marcelo (org.). Trabalho de campo: contribuições do curso de Geografia-Licenciatura da UFFS ao ensino e à pesquisa. Chapecó: Editora UFFS, 2022. p. 293–311. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xpjfm/pdf/kozenieski-9786550190149-13.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

²²¹SANTOS, Roberto da Silva dos. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos crimes transnacionais de armas e drogas na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2019. Projeto de pesquisa (Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5777/1/MO%206112%20-%20ROBERTO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

²²²NICKSON, Andrew. **The legacies of the Stroessner dictatorship in Paraguay**. Current history (New York, N.Y.: 1941), v. 124, n. 859, p. 68–73, 2025.

centro de distribuição de drogas sintéticas destinadas à Argentina, sendo ainda um dos principais destinos de produtos falsificados na América do Sul. Devido a sua fronteira, o país é um epicentro para o tráfico de armas e contribui para a proliferação de organizações criminosas brasileiras.²²³

Sendo assim, a histórica falta de habilidade do governo paraguaio em lidar com as movimentações ilícitas na fronteira fez com que o tráfico de drogas crescesse e se infiltrasse na política e no comércio, a condição econômica precária faz com que o problema da criminalidade crie uma cultura de delinquência e sejam formadas narcossociedades.²²⁴ Dessa forma, apesar da criminalidade já ter criado raízes no Paraguai, o recrutamento sistemático de crianças e adolescentes pelo crime organizado não é um fenômeno recorrente no Paraguai, entretanto a possibilidade de sua ocorrência preocupa as autoridades do país.²²⁵

Nesse sentido, uma das metas do governo paraguaio é redobrar os esforços no combate a todas as formas de organizações criminosas que possam estar envolvidas na exploração e no uso de menores para fins ilícitos, demonstrando um compromisso preventivo diante de um cenário de vulnerabilidade infantojuvenil.²²⁶

²²³SOLANO, L. **Paraguai, sob ameaça do crime organizado**. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/paraguai-sob-ameaca-do-crime-organizado/>. Acesso em: 6 maio. 2025.

²²⁴**Narcossociedade na fronteira**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/narcossociedade-na-fronteira-1t6knk8pm0x6h4l9a189n9sge/>. Acesso em: 6 maio. 2025.

²²⁵ROSA, Marina de Almeida; BORGES, Murilo. **Crianças e adolescentes recrutadas pelo Estado e o Sistema Interamericano: uma análise do caso Vargas Areco vs. Paraguai**. Cadernos Eletrônicos: Direito Internacional sem Fronteiras, v. 3, n. 2, 2021.

²²⁶COOK, G. **Grupo criminoso paraguaio é acusado de recrutamento de jovens e sequestros**. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/grupo-criminoso-paraguaio-e-acusado-de-recrutamento-de-jovens-e-sequestros/>. Acesso em: 6 maio. 2025.

23 REPÚBLICA DO PERU

O Peru, oficialmente reconhecido como República do Peru, é um país sul-americano situado à costa oeste do continente, banhado pelo Oceano Pacífico e limitado pelo Equador e Colômbia ao norte, pelo Brasil e Bolívia a leste, e pelo Chile ao sul. A República do Peru é democrática, social, independente e soberana, dividida em 24 regiões e uma província constitucional, chefiadas pela atual presidenta Dina Boluarte.²²⁷

Segundo o diagnóstico *Freedom and Prosperity Indexes*, divulgado pelo *Atlantic Council* em 2024, o Peru vem enfrentando uma instabilidade política latente, principalmente em razão da carência de partidos políticos fortes e duradouros, fato que levou ao país ter seis presidentes no período de oito anos. Além disso, o relatório afirma que a legislação do Peru pode ser comparada a dos países mais avançados do mundo em termos de liberdade, contudo, há um abismo em relação à aplicação da lei nos casos concretos, ou seja, há pouca efetividade do sistema jurídico peruano para garantir justiça e equidade.²²⁸

Em 2024, o cenário político peruano foi palco de graves ameaças em razão da aprovação de leis que contribuem para: a diminuição da independência judicial, a fragilização de instituições democráticas, a obstrução de investigações sobre o crime organizado — especialmente de grupos que têm cometido atos de extorsão, raptos e assassinatos —, sobre a corrupção e sobre violações de Direitos Humanos.²²⁹ Tais

²²⁷PULGAR-VIDAL, Javier; MOORE, John Preston. Britannica. **Peru**. 28 mai. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Peru>. Acesso em: 29 mai. 2025.

²²⁸ROJAS-SUAREZ, Liliana. Peru's economy needs to unlock its green potential. **Freedom and Prosperity Around the World**. 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/books/perus-economy-needs-to-unlock-its-green-potential/#prosperity>. Acesso em: 15 maio 2025.

²²⁹HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025: Events of 2024**, p. 358-364.

ameaças à estabilidade política do país o tornam mais suscetível à invisibilização de grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, e à impunidade de criminosos.

No que concerne à situação de jovens em conflitos armados, a história peruana revela lamentáveis situações. Durante a guerra civil de 1986, forças militares raptaram milhares de crianças indígenas, do povo quíchua, para o trabalho doméstico em acampamentos militares, ou em residências de civis que solicitaram tais serviços.²³⁰ Nos dias de hoje, a Polícia Nacional do Peru revela que, no mínimo, 20% de grupos criminosos no país recrutam menores de idade, principalmente para cometerem crimes como assassinatos e extorsões.²³¹

Por fim, é digno notar que o Peru é signatário dos principais instrumentos internacionais relativos à proteção da infância²³². Contudo, cabe mencionar que o Congresso peruano modificou, em 2024, o Código Penal e o Código de Responsabilidade Penal de Adolescentes do país, permitindo que jovens de 16 e 17 anos de idade sejam imputáveis no sistema penal por delitos graves.²³³ A atual disposição penal dificulta a

²³⁰ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Raptados: la historia olvidada de los niños de la guerra en Perú**. 7 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/resource/news/raptados-la-historia-olvidada-de-los-ninos-de-la-guerra-en-peru>. Acesso em: 15 maio 2025.

²³¹TALLEDO, Valeria Mendoza. **Sicarios adolescentes: 1 de cada 5 bandas cuenta con menores en sus filas, según jefe policial**. Infobae. 01 maio 2025. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/05/01/sicarios-adolescentes-1-de-cada-5-bandas-cuenta-con-menores-en-sus-filas-segun-jefe-policial/>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³²CORDEIRO, Vanessa Cezarita. **Children of Peru**. Humanium. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/peru/>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³³CENTRO DE NOTICIAS DEL CONGRESO. **Aprueban dictamen que declara imputabilidad de adolescentes de 16 y 17 años para delitos graves**. 17 out. 2024. Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/aprueban-dictamen-que-declara-imputabilidad-de-adolescentes-de-16-y-17-anos-para-delitos-graves/>. Acesso: 16 maio 2025.

proteção de jovens em conflito com a lei e a implementação de medidas socioeducativas, levando-os diretamente à privação de liberdade.

24 REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana é um país da América Central que compartilha o território da ilha de Hispaniola, na região do Caribe, com o Haiti. Dividida em 32 províncias e um Distrito Nacional – a capital, Santo Domingo –, a nação dominicana é governada de forma democrática e representativa pelo atual presidente Luis Rodolfo Abinader Corona, que atua tanto como chefe do governo, como chefe do sistema multipartidário.²³⁴

A história dominicana é marcada por profunda instabilidade política, em razão da colonização espanhola e ocupações haitiana, francesa e estadunidense, além de períodos ditatoriais pós-independência.²³⁵ Tal constatação afirma um contexto em que o país se encontra em uma democracia bastante recente e ainda pouco estabelecida.

Em termos de combate à violência armada, nota-se que boa parte dos homicídios do país se deram pelo emprego de armas de fogo tanto legais quanto ilegais, fato que impera uma urgência por programas políticos de enfrentamento ao tráfico de armas.²³⁶ Em 2025, a República Dominicana, aliada a outros países centro-americanos, acordaram uma iniciativa coordenada de combate ao tráfico ilegal de armas em seus

²³⁴WIARDA, Howard J.; GONZÁLEZ, Nancie L. *Britannica. Dominican Republic*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Dominican-Republic>. Acesso em: 16 maio 2025.

²³⁵*Ibidem*.

²³⁶CASTAÑO-ABREU, Daniela. **Desentrañando La Violencia: Armas Y Homicidios En La República Dominicana 2018-2021**. In: ACTAS DEL VIII CONGRESO INVESTIGACIÓN, DESARROLLO E INNOVACIÓN DE LA UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. 09 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.47300/actasidi-unicyt-2023>.

países, segundo comunicado da Organização dos Estados Americanos (OEA).²³⁷

No quesito a marcos jurídicos importantes relacionados à infância, em outubro de 2004, entrou em vigência no país o *Código para el Sistema de Protección y los Derechos Fundamentales de los Niños, Niñas y Adolescentes*, conhecida como Lei nº 136/03, também responsável pela criação do órgão administrativo *Consejo Nacional para la Niñez y la Adolescencia* (CONANI).²³⁸

Apesar desse avanço legislativo, é possível observar alguns retrocessos, dentre eles cabe destacar a “crise da apatridia” na nação dominicana, especialmente sob o recorte da educação infantil: migrantes haitianos, apátridas e indivíduos sem documentação sofrem com barreiras para acesso pleno à educação no país, o que desencadeia uma exclusão social desses jovens e violação a direitos humanos básicos.²³⁹ Contudo, ações efetivas do governo dominicano não foram encontradas no que concerne a participação da juventude no crime organizado local.

²³⁷SWISS INFO. *Centroamérica y República Dominicana acuerdan coordinarse contra el tráfico de armas*. 13. fev. 2025. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/centroam%C3%A9rica-y-rep%C3%ABlica-dominicana-acuerdan-coordinarse-contr-el-tr%C3%A1fico-de-armas/88872868>. Acesso em: 17 maio 2025.

²³⁸CONANI. *¿Quiénes Somos?* Disponível em: <https://conani.gob.do/quienes-somos/>. Acesso em: 16 maio 2025.

²³⁹WADDICK, Nicole. Migration, displacement and education in Dominican Republic: education and inclusion of Haitian migrants, stateless people and undocumented people in the Dominican Republic. In: **Background paper prepared for the 2020 GEM Report Latin America and the Caribbean: Inclusion and education: all means all**. 2020.

25 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul em extensão territorial. Embora Brasília seja a capital atual, o Rio de Janeiro ainda é amplamente reconhecido como um dos principais símbolos do país. Graças ao seu vasto território, o Brasil faz fronteira com todos os outros países sul americanos, com exceção do Chile e Equador. O país tem como língua oficial o português e sua forma de governo é uma república federal multipartidária com duas casas legislativas, porém, com o Luiz Inácio Lula da Silva atualmente no poder, o país enfrenta um sistema político constantemente conturbado, com diversas desigualdades sociais e crises financeiras.²⁴⁰

A instabilidade política no Brasil é evidenciada por diversos episódios históricos, sendo a intervenção militar de 1964, apoiada pelas Forças Armadas, pelo Congresso Nacional e pelos Estados Unidos, um dos exemplos mais conhecidos, caracterizado por um período antirrevolucionário e antirreformista.²⁴¹ Outro exemplo de oscilação da política brasileira foi o impeachment do primeiro presidente eleito pós Constituição de 1988, Fernando Affonso Collor de Mello, sua eleição aparentava significar a verdadeira democratização do país, entretanto, após um escândalo de corrupção e imensa desaprovação da população,

²⁴⁰**BRAZIL.** In Encyclopædia Britannica, [2025]. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Brazil>. Acesso em: 11 maio 2025.

²⁴¹**MEMÓRIAS DA DITADURA. O golpe civil-militar no Brasil.** Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/o-golpe-civil-militar-no-brasil/>. Acesso em: 11 maio 2025.

sua destituição do poder só reforçou o caráter instável da democracia brasileira.²⁴²

Outro caso emblemático no cenário do Brasil foi o impeachment de Dilma Vana Rousseff que, ao contrário da anuência quase unânime enfrentada pelo ex-presidente Collor, o processo foi considerado inconstitucional por mais da metade da população, sendo mais um representante da instabilidade política nacional.²⁴³ Nesse sentido, todos esses acontecimentos culminaram para uma política oscilante, criando um país que luta pelo fortalecimento da democracia e contra o autoritarismo durante toda a sua história.²⁴⁴

Nessa lógica, o combate à criminalidade se torna uma missão difícil para um Estado que está tentando reforçar sua democracia a todo momento, pois a falta de políticas públicas eficientes é um ponto importante para o aumento do crime organizado. Isso se deve pelo fato de organizações criminosas como Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) terem desenvolvendo sua relevância através de movimentos sociais dos apenados da Casa de Detenção de São Paulo — Carandiru — , com diversos presos políticos encarcerados sob o Imperativo da Lei de Segurança Nacional (LSN) instaurada pela Ditadura Militar.²⁴⁵

²⁴²SALLUM JR., Brásilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011.

²⁴³CUADROS, Alex. **Brazil after Dilma Rousseff**. The New Yorker, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/brazil-after-dilma-rousseff>. Acesso em: 12 maio 2025.

²⁴⁴ZOVATTO, Daniel. **En Brasil, la lucha contra el autoritarismo aún no está ganada**. El País, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2025-01-08/en-brasil-la-lucha-contra-el-autoritarismo-aun-no-esta-ganada.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

²⁴⁵MAIA, Ariane Bastos de Mendonça. **A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos**. Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 107-124, jan./jul. 2011.

A rebelião ocorreu pela negligência do poder público em enfrentar o problema que se desenvolvia no interior de suas prisões e foi responsável por alavancar seu domínio, deixando de controlar somente o Estado de São Paulo, mas agora todo o território brasileiro.²⁴⁶ Com isso, inicialmente, o crime organizado no país tinha receio de recrutar crianças e adolescentes para a criminalidade, pois temiam a desaprovação da comunidade e que tal prática faria com que perdessem sua influência, entretanto ao tempo que membros adultos iam morrendo ou sendo presos, tornou-se necessária a inserção desse grupo no contexto do tráfico.²⁴⁷

Sendo assim, a cooptação de crianças e adolescentes para o crime organizado ocorre através do “recrutamento voluntário” desses jovens, uma vez que o menor púbere se envolve com a criminalidade por ser a realidade existente onde ele reside e convive, ou seja, essas crianças estão tão envoltas no contexto do crime organizado que adentrar nesse mundo se torna o “caminho mais lógico a se seguir”.²⁴⁸ Nesse sentido, o governo brasileiro, diante de tamanho índice de criminalidade, encontra-se, impotente por não dispor de mecanismos eficientes para deter a crescente onda de violência no país.²⁴⁹

Dessa forma, o Brasil se destaca como uma liderança internacional no enfrentamento ao recrutamento de crianças e adolescentes pelo crime organizado, especialmente com a criação do projeto “Crescer em Paz:

²⁴⁶**Ibidem.**

²⁴⁷LIRA, Júlia Henrique. **A participação de crianças e adolescentes no crime organizado: um olhar sobre a abordagem onusiana à luz do caso do Rio de Janeiro**. 2025. Dissertação (Pós-graduação em Relações Internacionais) — San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC-SP.

²⁴⁸**Ibidem.**

²⁴⁹MAIA, Ariane Bastos de Mendonça. **A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos**. Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 107-124, jan./jul. 2011.

Uma Estratégia de Justiça e Segurança Pública para a Proteção de Crianças e Adolescentes”, desenvolvido em parceria com o UNICEF. A iniciativa busca fortalecer o ambiente protetor para que crianças cresçam longe da violência, das drogas e da criminalidade, com ações voltadas principalmente para os territórios mais vulneráveis, onde há maior exposição à violência armada e à atuação de organizações criminosas.²⁵⁰

²⁵⁰ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Brasil lança estratégia nacional para proteger crianças da violência, crime e drogas.** Nações Unidas Brasil, 12 maio 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/292749-brasil-lan%C3%A7a-estrat%C3%A9gia-nacional-para-proteger-crian%C3%A7as-da-viol%C3%Aancia-crime-e-drogas>. Acesso em: 12 maio 2025.

26 REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

A República Oriental do Uruguai, popularmente conhecida como Uruguai, é um país localizado no sudeste da América do Sul, pertencente à América Latina. Sua capital é a cidade de Montevidéu, que, junto a sua região metropolitana, concentra cerca de metade da população uruguaia, demonstrando a baixa densidade populacional do país. O idioma oficial é o espanhol, embora em algumas cidades que fazem fronteira com o Brasil, possa haver uma mescla entre os idiomas espanhol e português. Ademais, sua moeda oficial é o peso uruguaio, e a forma de governo é uma república presidencialista,²⁵¹ tendo Yamandú Orsi como atual presidente.²⁵²

Geograficamente, o Uruguai é o segundo menor país da América do Sul, fazendo fronteira com o Brasil e com a Argentina, sendo limitado pelo Oceano Atlântico, pelo Rio da Prata e pelo Rio Uruguai.²⁵³ Dessa forma, sendo localizado entre duas potências regionais, o país uruguaio pode ser considerado um “país fronteira”, agindo de modo a observar as complexidades, ambiguidades e intercâmbios da região de fronteira, e passando a assumir papel mediador e de “equilíbrio regional” em suas relações políticas exteriores, especialmente para com seus países vizinhos.²⁵⁴

²⁵¹ **URUGUAY.** Encyclopedia Britannica, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Uruguay>. Acesso em 18 maio 2025.

²⁵² **CNN BRASIL. Apadrinhado por Mujica, Yamandú Orsi toma posse como presidente do Uruguai.** CNN Brasil, 01 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/yamandu-orsi-toma-posse-como-presidente-do-uruguai/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

²⁵³ **Ibidem.**

²⁵⁴ **HARGAIN, Gerardo Caetano. Uruguai.** Enciclopédia Latino-americana. Disponível em <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/uruguai>. Acesso em 18 maio 2025.

Nesse sentido, tal nação viveu diversos processos históricos já conhecidos por outros países latino-americanos, como a crise econômica vivenciada nos anos de 1960 e a presença histórica de golpes de Estado e ditaduras civis e militares, fatos que demonstram a instabilidade política que acompanhou o Uruguai durante sua história.²⁵⁵ Nesse sentido, durante a Guerra Fria, o país foi imposto ao regime ditatorial entre os anos de 1973 até 1985, por um golpe de Estado, sendo marcada pelas frequentes prisões e torturas,²⁵⁶ pela censura da imprensa, mudanças dos líderes do regime autoritário e imposição de atos institucionais que garantiam o domínio militar, proibindo greves e a participação dos partidos políticos.²⁵⁷

Já na década de 1990, o país enfrentou grande crise econômica, envolvendo forte instabilidade econômica, baixo poder de compra e altos índices de desemprego, contexto no qual foi estabelecido o mercado da droga cocaína, considerado um entorpecente de baixo custo e facilmente disponível. Ainda, a posição geográfica e as fronteiras sugerem diversas rotas de acesso à África e à Europa, tornando o Uruguai como um “país rota” no tráfico de drogas, promovendo, ao longo dos anos, um contexto de violência e insegurança à população.²⁵⁸

²⁵⁵**Ibidem.**

²⁵⁶DA COSTA MACHADO, Patricia. Avanços e retrocessos na luta por justiça no Uruguai pós-ditadura (1986-2013). **Revista Aedos**, v. 8, n. 19, p. 209-228, 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/69271>. Acesso em 26 maio 2025.

²⁵⁷EXCLAMACIÓN. **Os dozes anos de ditadura no Uruguai**. Exclamación, 22 jun. 2021. Disponível em <https://exclamacion.com.br/2021/06/22/os-12-anos-de-ditadura-no-uruguai/>. Acesso em 26 maio 2025.

²⁵⁸AMORIM, Kleber Alves. **Organizações criminosas transnacionais no uruguai: histórico, atuação e violência organizada**. Disponível em <https://sistemas.pucgoias.edu.br/sigep/relatorioPublico/imprimir?ic=21847>. Acesso em 26 maio 2025.

Além disso, cabe destacar a expansão rápida e desorganizada das cidades como fator que incentivou o crescimento do crime organizado no país. O acelerado aumento das cidades e da população gerou a expansão de regiões periféricas, que, no entanto, não são alvos de ações estatais, promovendo a oportunidade de domínio pelos grupos criminosos.²⁵⁹ Tal contexto reflete as condições vividas pelo país nos dias de hoje, com registros de crescimento nos índices de criminalidade, relacionados especialmente à existência de grupos narcotraficantes, somado ao aumento da população carcerária no país, gerando superlotação de prisões, fator intimamente ligado ao aumento de atividades criminosas.²⁶⁰

Assim, a presença desses grupos e a frequente ocorrência de crimes e violência, impõe contexto de medo, coerção e insegurança. Desse modo, os grupos oprimem e controlam a população de diversas formas, inclusive, até mesmo por meio do recrutamento de jovens com vistas a expandir o controle do território.²⁶¹

Nesse sentido, o país tem experienciado um aumento nos índices de criminalidade juvenil, de modo que foram feitas diversas reformas no sistema penal do país, permitindo diferentes formas de punições aos jovens.²⁶² Tal contexto mostrou-se cada vez mais preocupante, a ponto de que, em 2024, foi feito um plebiscito com objetivo de reduzir a

²⁵⁹ **Ibidem.**

²⁶⁰ GAZETA DO POVO. **Conhecida pela tranquilidade, Montévideu se torna território do narcotráfico.** Gazeta do Povo, 08 fev. 2024. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conhecida-pela-tranquilidade-montevideu-se-torna-territorio-do-narcotrafico/>. Acesso em 26 maio 2025.

²⁶¹ AMORIM, Kleber Alves. **Organizações criminosas transnacionais no uruguai: histórico, atuação e violência organizada.** Disponível em <https://sistemas.pucgoias.edu.br/sigep/relatorioPublico/imprimir?ic=21847>. Acesso em 26 maio 2025.

²⁶² EL PAÍS. **Presas no lugar dos filhos.** Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/internacional/1425691777_918827.html. Acesso em 27 maio 2025.

maioridade penal no Uruguai, de 18 para os 16 anos. Porém, cerca de 53% dos votos foram contra a mudança.²⁶³

Desse modo, apesar de ser um dos países mais desenvolvidos da América do Sul, tal nação ainda enfrenta questões relativas à precarização infantil, fator que impacta negativamente a juventude. Nos últimos anos, tem crescido a taxa de pobreza no Uruguai, levando ao não acesso de jovens aos seus direitos básicos, como educação e saúde. Nesse contexto, a ausência de garantias faz com que essa lacuna seja preenchida por exemplo, por grupos criminosos e trabalho infantil, muitas vezes, relacionado ao tráfico, influenciando o cotidiano da juventude a partir de uma estrutura de violência.²⁶⁴

Apesar desses fatores, o Uruguai demonstra postura favorável à ampliação dos direitos sociais, uma vez que, nos últimos anos, promoveu a descriminalização do aborto, a legalização do casamento igualitário e da maconha.²⁶⁵ Além disso, o país é signatário de diversas convenções da ONU, incluindo as associadas ao tráfico de drogas e à corrupção, por exemplo.²⁶⁶

Ademais, com relação à proteção dos direitos dos jovens e crianças, o Uruguai assinou a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC). Internamente, cabe destacar a “Estratégia Nacional para a

²⁶³MOREIRA, Rômulo de Andrade. **O Uruguai e a maioria penal - uma lição de civilidade para o Brasil.** JusBrasil. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-uruguai-e-a-maioridade-penal-uma-licao-de-civilidade-para-o-brasil/148760378>. Acesso em 27 maio 2025.

²⁶⁴HUMANIUN. **Children of Uruguay.** Disponível em <https://www.humanium.org/en/uruguay/>. Acesso em 27 maio 2025.

²⁶⁵LESSA, Francesca. **¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia.** ILCEA, 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/ilcea/pdf/3874>. Acesso em 26 maio 2025.

²⁶⁶GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Uruguay.** 2023. Disponível em <https://ocindex.net/country/uruguay>. Acesso em 27 maio 2025.

Infância e Adolescência (ENIA) 2010-2030”,²⁶⁷ medida cuja finalidade é definir objetivos e diretrizes para construção de políticas públicas voltadas à proteção e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.²⁶⁸

²⁶⁷ **UNESCO.** Uruguai – Primeira infância. SITEAL – Sistema de Informação sobre a Primeira Infância, Infância e Adolescência na América Latina. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primera-infancia-pdf/uruguay#:~:text=O%20Uruguai%20assinou%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o,legal%20no%20seu%20sistema%20jur%C3%ADdico>. Acesso em 27 maio 2025.

²⁶⁸ **LATINNO. Estrategia Nacional para la Infancia y Adolescencia 2010-2030.** <https://latinno.net/es/case/18156/>. Acesso em 27 maio 2025.

27 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China é uma república socialista de partido único, constituído em sua maioria por províncias e regiões autônomas. Localizada no leste da Ásia, sua geografia é variada, com diversos contrastes climáticos, vegetais e de relevo.²⁶⁹ Além disso, sua capital é definida em Pequim, com os habitantes utilizando o mandarim como idioma oficial e o Renminbi como moeda de troca econômica. Concernente à organização política, o governo chinês está sob o domínio do Partido Comunista Chinês, que exerce o controle absoluto da força política interna. Embora o presidente seja o chefe de Estado, o poder está concentrado nos cargos de secretário-geral e chefe militar do partido.²⁷⁰

Vale destacar que a China tem considerável trajetória histórica, fazendo-se presente desde os mais remotos processos sociais da humanidade.²⁷¹ Porém, foi apenas após as duas Guerras Mundiais que esse país conseguiu espaço e protagonismo crescente nas relações internacionais em escala global.²⁷² O país iniciou um processo de reformas econômicas e abertura ao mercado após a chegada do partido comunista ao poder. Com isso, foram liberados espaços internos para o investimento estrangeiro, o que permitiu sua expansão, bem como sua industrialização, marcada por custos extremamente baixos.²⁷³

²⁶⁹CABRAL, João. **China Contemporânea: uma análise política e econômica**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2018.

²⁷⁰**Ibidem**.

²⁷¹Ibrachina. **Conheça melhor a geografia da China e suas províncias**. (2023, agosto 29). <https://ibrachina.com.br/conheca-melhor-a-geografia-da-china-e-suas-provincias/>

²⁷²NOLAN, Peter. **Transforming China: Globalization, Transition and Development**. Anthem Press, 2004.

²⁷³CABRAL, João. **China Contemporânea: uma análise política e econômica**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2018.

Na década passada, houve sua consolidação como potência mundial, ganhando destaque por toda sua liderança tecnológica e política.²⁷⁴ Suas parcerias geopolíticas incluem relações cultivadas com países alinhados com ideais populares e nações de economias emergentes — chegando a integrar o BRICS.²⁷⁵ Logo, a China é um caso excepcional na história moderna, sendo um país comunista que cresceu com sucesso por meio de mecanismos capitalistas. Assim, a nação desafia o modelo ocidental liberal-democrático de desenvolvimento ao demonstrar que crescimento econômico rápido pode coexistir com autoritarismo político.²⁷⁶

Por outro viés, o panorama da infância e da juventude na China passou por diversas transformações, e hoje é um ambiente muito positivo para a qualidade de vida dessa camada social.²⁷⁷ Aspectos como o acesso educacional amplamente disseminado, uma juventude digitalizada e as atuais políticas de incentivo à natalidade contribuem para essa construção.²⁷⁸ Todavia, os jovens enfrentam impasses como uma forte intervenção estatal e repressão cultural, na qual o governo regula rígida e consagradamente o conteúdo consumido por eles, rejeitando materiais ocidentais e subversivos.²⁷⁹

A China mantém uma colaboração estratégica com o UNICEF, na promoção dos direitos das crianças e no fortalecimento de serviços

²⁷⁴ **Ibidem.**

²⁷⁵ SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power.** Oxford University Press, 2013.

²⁷⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A China entre o socialismo e o mercado.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

²⁷⁷ UNICEF CHINA. **Unicef.cn.** Acesso em 25 de maio de 2025, de <https://www.unicef.cn/en/reports/sowc-2023-executive-summary>

²⁷⁸ UNICEF CHINA. **Unicef.cn.** Acesso em 25 de maio de 2025, de <https://www.unicef.cn/en/reports/sowc-2023-executive-summary>

²⁷⁹ **Ibidem.**

essenciais. Em 2024, com ajuda do órgão, o sistema de saúde chinês ampliou o acesso de crianças a serviços de saúde, nutrição e educação de qualidade.²⁸⁰ Além disso, a nação expandiu sua cooperação internacional por meio de iniciativas como o apoio ao desenvolvimento da primeira infância em Ruanda.²⁸¹ No mesmo ano, firmou apoio a programas de alimentação escolar na Indonésia, reforçando seu compromisso com o amparo e proteção infantil.²⁸²

Portanto, a China é membro ativo nas sessões do UNICEF, e embora não tenha se posicionado diretamente sobre a infância armada na América Latina, demonstra compromisso com a proteção dos direitos das crianças em fóruns multilaterais e por meio de parcerias regionais.²⁸³ Sua abordagem enfatiza a cooperação com os países latino-americanos, respeitando a soberania nacional e evitando interferências diretas em assuntos internos. Logo, essa postura reflete a estratégia diplomática chinesa de promover a estabilidade, além do desenvolvimento social e político por meio da colaboração comunicativa, sem confrontos diretos sobre questões sensíveis.²⁸⁴

²⁸⁰UNICEF CHINA. **2024 annual review: Children's Health and Development.** [S. l.]: UNICEF, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/china/en/reports/2024-annual-review-chd>. Acesso em: 14 jun. 2025.

²⁸¹UNICEF RUANDA. **Early childhood development.** [S. l.]: UNICEF, [20--?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/rwanda/early-childhood-development>. Acesso em: 14 jun. 2025.

²⁸²DAILY CPEC. **China, UNICEF partner for Indonesia's free meal program.** [S. l.]: Daily CPEC, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://thedailycpec.com/china-unicef-partner-for-indonesias-free-meal-program/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

²⁸³**Statement by ambassador Zhang jun at the High-level briefing of the security council on children and armed conflict_permanent mission of the people's republic of China to the UN.** ([s.d.]). Gov.Cn. Acesso em 25 de maio de 2025, de http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/202002/t20200213_8417074.htm

²⁸⁴UNICEF CHINA. **Unicef.cn.** Acesso em 25 de maio de 2025, de <https://www.unicef.cn/en/videos/unicef-celebrates-40-years-operations-china#:~:text=UNICEF%20and%20the%20Government%20of,can%20happen%20in>

28 UNIÃO AFRICANA

A União Africana (UA) é uma organização internacional que reúne 55 Estados africanos, com o objetivo de promover a integração política, econômica e social do continente, além de garantir a paz e os direitos humanos. Sob o viés pan-africano que ambicionava uma África unida, livre e no controle de seu próprio destino, tal entidade foi lançada oficialmente em 2002, na África do Sul, sucedendo a Organização da Unidade Africana (OUA). Essa criação, por sua vez, foi alicerçada na necessidade de redirecionar os esforços da luta contra a colonização e o apartheid para a cooperação e o desenvolvimento econômico do continente, visando o crescimento sustentável e a estabilidade da África.²⁸⁵

A União Africana possui uma estrutura organizacional composta por três principais órgãos: a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho Executivo e o Comitê de Representantes Permanentes (CRP). A Assembleia, órgão supremo da União, originalmente se reunia uma vez por ano, mas passou a realizar dois encontros anuais, em janeiro e julho. O Conselho Executivo, formado pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros, também se reúne duas vezes por ano. Já o CRP, composto por representantes permanentes sediados em Adis Abeba, reúne-se mensalmente. A ordem

%2040%20years%3F&text=China%20was%20the%20first%20country,emergency%20relief%20services%20to%20children.

²⁸⁵AFRICAN UNION. **Overview**. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 30 maio 2025.

usual das reuniões é: primeiro o CRP, seguido pelo Conselho Executivo, e por fim, a Assembleia.²⁸⁶

A União Africana reconhece como línguas oficiais o árabe, inglês, francês, português, espanhol, kiswahili e outras línguas africanas, conforme o Artigo 11 do Protocolo sobre Emendas ao seu Ato Constitutivo.²⁸⁷ Em termos econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) conjunto dos Países-Membros foi estimado em cerca de US\$ 2,4 trilhões em 2019, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se considerada como uma única economia, a União Africana ocuparia a 8ª posição mundial, entre a Índia e a Itália. As maiores economias do bloco são: Nigéria (US\$ 444,9 bilhões), África do Sul (US\$ 371,3 bilhões), Egito (US\$ 299,6 bilhões), Argélia (US\$ 183,7 bilhões) e Marrocos (US\$ 121,3 bilhões).²⁸⁸

Em sua estrutura, a UA conta com o Comitê de Paz e Segurança, órgão permanente de caráter decisório cujas missões podem convergir com as do UNICEF. Entre suas principais responsabilidades estão: prevenir conflitos, autorizar missões de paz, recomendar intervenções em casos graves como genocídio, aplicar sanções a governos ilegítimos, implementar a política de defesa da UA, combater o terrorismo, coordenar ações com mecanismos regionais, promover democracia e direitos humanos, apoiar o desarmamento, proteger a soberania dos Estados-

²⁸⁶INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA (ISS Africa). **Profile: African Union (AU)**. Disponível em: <https://issafrica.org/au-african-union-ua-lunion-africaine/profile-african-union-au>. Acesso em: 28 maio 2025.

²⁸⁷UNIÃO AFRICANA (UA). **About the African Union: Languages**. Disponível em: <https://au.int/en/about/languages>. Acesso em: 28 maio 2025.

²⁸⁸UNIÃO AFRICANA (UA). **About the African Union**. Disponível em: <https://au.int/en>. Acesso em: 28 maio 2025.

Membros e facilitar ações humanitárias em conflitos ou desastres naturais.²⁸⁹

O UNICEF e a UA, embora atuem de forma independente, compartilham o compromisso de proteger crianças em zonas de luta. Uma das medidas mais relevantes nesse sentido tem sido a proposta da criação de um Enviado Especial da União Africana para a Criança em Situações de Conflito. Essa figura teria a missão de advogar internacionalmente pela proteção desse grupo afetado, coordenar ações com Estados-Membros, promover políticas públicas específicas e fiscalizar o cumprimento das responsabilidades assumidas pelas nações africanas em relação à infância em tempos de guerra.²⁹⁰

Essa proposta, por sua vez, foi reafirmada na 37ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia. Durante o encontro, os líderes africanos reiteraram o pedido para que o Presidente da Comissão da UA oficializasse a nomeação do Enviado Especial, demonstrando que a pauta da infância em conflitos armados está no centro das preocupações políticas da organização. Assim, a convergência de propósitos entre o UNICEF e a UA evidencia a urgência de proteger a infância mesmo nos contextos mais adversos, ressaltando a importância de mecanismos institucionais eficazes para enfrentar a violência e atender às necessidades das crianças afetadas por conflitos armados.²⁹¹

²⁸⁹UNIÃO AFRICANA (UA). **Member States Profiles**. Disponível em: https://au.int/en/member_states/countryprofiles2. Acesso em: 28 maio 2025.

²⁹⁰UNIÃO AFRICANA. **Decisões, declarações e resolução: 37ª Sessão Ordinária da Conferência da União, 17 e 18 de fevereiro de 2024, Adis Abeba, Etiópia**. Adis Abeba: União Africana, 2024. Disponível em: <http://www.au.int/>. Acesso em: 28 maio de 2025.

²⁹¹**Ibidem**.

29 SAVE THE CHILDREN

Desenvolvendo a mais de 100 (cem) anos atuações humanitárias com a finalidade de proteger os direitos fundamentais das crianças, o *Save The Children Fund* faz da luta por um mundo mais harmonioso e seguro para a população infanto-juvenil sua história, seu presente e futuro. Orgulhosamente, Eglantyne Jebb, fundadora desta organização não-governamental, foi pioneira na batalha pela promoção dos direitos infantis quando, através da Declaração Universal dos Direitos da Criança de Genebra, enxergou a humanidade inerente ao indivíduo, mesmo nas fases primárias da vida, pontuando-os não como posses, porém detentores de seus próprios direitos.²⁹²

Na contemporaneidade, tendo seu trabalho puramente guiado pela viabilização dos direitos essenciais das crianças ao redor do mundo, o *Save The Children* já desenvolveu seus trabalhos em mais de uma centena de países ao redor do globo. Seguindo esse panorama, por intermédio de parcerias sólidas e suporte, tal organização tem se tornado uma influência diplomática de forma gradual, amplificando as vozes dos seus assistidos, protegendo-os durante períodos de instabilidade política, crises ambientais ou entraves econômicos.²⁹³

Imergindo diretamente nas realidades das comunidades por todo o território global, essa instituição atua de mãos dadas com a população na tentativa de encontrar novas saídas para as crises enfrentadas pelas crianças. Desse modo, uma ilustração das ações do *Save The Children* é a promoção de programas educativos e de proteção infantil que buscam

²⁹²SAVE THE CHILDREN. **100 years of working for children**. [S.l.]: Save the Children International, 2020. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/about-us/100-years-children>. Acesso em: 30 maio 2025.

²⁹³**Ibidem.**

atenuar o recrutamento de menores por grupos armados e proporcionar um ambiente seguro e digno para o desenvolvimento infantojuvenil.²⁹⁴

Outrossim, unidos por um propósito em comum, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização *Save the Children*, auxiliam milhões de crianças internacionalmente.²⁹⁵ Sob esse viés, determinada parceria demonstra-se imprescindível, especialmente em zonas de alta vulnerabilidade, como áreas de conflito ou regiões periféricas urbanas na América Latina, onde ambas as instituições atuam na reconstrução de comunidades por meio da promoção da educação inclusiva, fortalecimento de redes de proteção social e prevenção da violência. Logo, coercitivamente tais iniciativas iluminam campanhas contra iniciativas para reinserção de jovens em contextos de segurança.²⁹⁶

Dando seguimento à explanação em tela, alicerces estabelecidos previamente por Jebb, ainda na Declaração de Genebra,²⁹⁷ continuam refletindo uma vitalidade inegável na promoção dos direitos de crianças em situação de vulnerabilidade, influenciando diretamente, por exemplo, na Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989.²⁹⁸

²⁹⁴SAVE THE CHILDREN. **Extreme hunger in Haiti forcing children into armed gangs – Save the Children.** 2024. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/news/extreme-hunger-haiti-forcing-children-armed-gangs-save-children>. Acesso em: 31 maio 2025.

²⁹⁵NAÇÕES UNIDAS. **Unicef e parceiros ajudam mais de 12 milhões de crianças.** ONU News, 12 jan. 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/01/1538011>. Acesso em: 30 maio 2025.

²⁹⁶SAVE THE CHILDREN. **Latin America and the Caribbean.** 2025. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/latin-america-and-caribbean> Acesso em: 31 maio 2025.

²⁹⁷JEBB, Eglantyne. ***Declaration of the Rights of the Child.*** Geneva: *International Save the Children Union*, 1923.

²⁹⁸ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Nova Iorque, 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 30 maio 2025.

Por conseguinte, ao enfatizar o recorte latino-americano, marcado por profundas desigualdades e históricos ciclos de violência, torna-se cristalina a essencialidade das atuações de organizações humanitárias no combate à negligência para com o público infantil. Sendo assim, programas desenvolvidos pelo Save the Children e pelo UNICEF representam não apenas respostas emergenciais a crises, possibilitando às crianças o rompimento com as amarras da marginalização, amplificando suas vozes e fazendo-os ouvidos.²⁹⁹

²⁹⁹SAVE THE CHILDREN. **Latin America and the Caribbean**. 2025. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/latin-america-and-caribbean> Acesso em: 31 maio 2025.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. **Manual de Exportação – Chile**. 2022.

About UNICEF USA. Disponível em: <https://www.unicefusa.org/about-unicef-usa>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

AFRICAN UNION. Overview. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 30 maio 2025.

AMORIM, Kleber Alves. **Organizações criminosas transnacionais no uruguai: histórico, atuação e violência organizada**. Disponível em <https://sistemas.pucgoias.edu.br/sigep/relatorioPublico/imprimir?ic=21847>. Acesso em 26 mai. 2025.

Amnesty International. **Nicaragua: Authorities unleashed a lethal strategy of repression against protesters**. 29 mai. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/05/nicaragua-authorities-unleashed-a-lethal-strategy-of-repression-against-protesters/>. Acesso em: 27 mai. 2025

Andersen, Thea Charlotte; Fylkes Knag, Gunvor; Sapiezynska, Ewa. **Stop the War on Children: Pathways to peace**. SAVE THE CHILDREN, 2024.

ANDRADE, Maria de Fátima; MONTEIRO, Renata Felipe. **O processo de construção do Estado Nacional Mexicano (1821–1910)**. 2006. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14992>. Acesso em 28 mai. 2025.

ANTILLANO, A.; ZUBILLAGA, V.; ÁVILA, K. **Revolution and counter-reform: The paradoxes of drug policy in bolivarian Venezuela**. In *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas*, p. 105–122, 2016. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-29082-9_7. Acesso em 12 de maio de 2025.

ARGENTINA. *Encyclopedia Britannica*, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Argentina>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ARNIEL, Alexandra; MATOS, Silvana Pires de. **Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai: integração comercial, social, econômica e cultural que expressam relações na escala local-**

global. In: KOZENIESKI, Éder Marcelo (org.). Trabalho de campo: contribuições do curso de Geografia-Licenciatura da UFFS ao ensino e à pesquisa. Chapecó: Editora UFFS, 2022. p. 293–311. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xpjfm/pdf/kozenieski-9786550190149-13.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ASSOCIATED PRESS. **Why is Haiti so chaotic? Leaders used street gangs to gain power. Then the gangs got stronger**. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/142c57f868c5f8b0cdf01627b3f5350b>. Acesso em: 30 maio 2025.

A VERDADE. **A Campanha Nacional de Alfabetização de 1961 em Cuba**. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/10/a-campanha-nacional-de-alfabetizacao-de-1961-em-cuba/>. Acesso em: 30 maio 2025.

ÁVILA, K. ***La instrumentalización del delito: política, empresas de comunicación e inseguridad. Sobre cómo la inseguridad logró posicionarse en el primer lugar de la agenda pública en Venezuela***. Revista Crítica Penal y Poder, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2724000. Acesso em 12 de maio de 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Por que o Panamá se separou da Colômbia – e qual foi o papel dos EUA**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6perxnj2kro>. Acesso em 31 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/blocoeconomicos.html/cei.html>. Acesso em: 19 de maio 2025.

BRASIL DE FATO. **“Não se resignar; a lutar, a não se conformar”, diz líder popular porto-riquenho**. Brasil de Fato, São Paulo, 19 maio 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/19/nao-se-resignar-a-lutar-a-nao-se-conformar-diz-lider-popular-porto-riquenho>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRAZIL. *Encyclopædia Britannica*, [2025]. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Brazil>. Acesso em: 11 maio 2025.

BURGOA, Karla. **Instabilidade e incertezas: como ficou o mundo político da Bolívia após a tentativa de golpe de Estado**. *Brasil de*

Fato, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/12/instabilidade-e-incertezas-como-ficou-o-mundo-politico-da-bolivia-apos-a-tentativa-de-golpe-de-estado/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

CAF; UNICEF; MIDES. **CAF y UNICEF apoyarán al MIDES en la implementación de la Política Pública de Primera Infancia**. Panamá, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/caf-y-unicef-acompanaran-al-mides-en-la-implementacion-de-la-politica-publica-de-primera-infancia/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CARRIZO JAÉN, JOSÉ GABRIEL et al. **Informe: Informe a la Nación, Presidente Laurentino Cortizo**. Disponível em: <https://repositorio.asamblea.gob.pa/handle/001/1229>. Acesso em 12 de maio de 2025.

CASTAÑO-ABREU, Daniela. **Desentrañando La Violencia: Armas Y Homicidios En La República Dominicana 2018-2021**. In: ACTAS DEL VIII CONGRESO INVESTIGACIÓN, DESARROLLO E INNOVACIÓN DE LA UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. 09 mai. 2024. DOI: <https://doi.org/10.47300/actasidi-unicyt-2023>.

CASTILLO C., Claudio. **Mais alternativas para a proteção da infância e adolescência**. *El País*, Santiago, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2025-01-08/mas-alternativas-para-la-proteccion-de-la-infancia-y-adolescencia.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

CENTRO DE NOTICIAS DEL CONGRESO. **Aprueban dictamen que declara imputabilidad de adolescentes de 16 y 17 años para delitos graves**. 17 out. 2024. Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/aprueban-dictamen-que-declara-imputabilidad-de-adolescentes-de-16-y-17-anos-para-delitos-graves/>. Acesso: 16 mai. 2025.

CEPAL. **Anuário Estatístico da América Latina e Caribe 2020**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 30 maio 2025.

CHILE. **Ministerio de Desarrollo Social y Familia. Chile Crece Más (ex Chile Crece Contigo)**. Santiago: ChileAtiende, 2024. Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/2161-chile-crece-mas-ex-chile->

crece-contigo. Acesso em: 28 maio 2025.

CHILE. **Ministerio de Desarrollo Social y Familia. Servicio Nacional de Protección Especializada a la Niñez y Adolescencia.** Santiago: Gobierno de Chile, [2025]. Disponível em: <https://www.servicioproteccion.gob.cl/portal/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CHILE. **Servicio Nacional de Menores. Comienza a funcionar Servicio Mejor Niñez y Sename queda a cargo de justicia y reinserción juvenil.** Santiago: SENAME, 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.sename.cl/web/index.php/2021/10/01/comienza-a-funcionar-servicio-mejor-ninez-y-sename-queda-a-cargo-de-justicia-y-reinsercion-juvenil/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CNN BRASIL. **Apadrinhado por Mujica, Yamandú Orsi toma posse como presidente do Uruguai.** CNN Brasil, 01 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/yamandu-orsi-toma-posse-como-presidente-do-uruguai/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CNN BRASIL. **Como foi o golpe no Chile em 1973? Relembre origem, responsáveis e consequências.** CNN Brasil, 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-foi-o-golpe-no-chile-em-1973-relembre-origem-responsaveis-e-consequencias/>. Acesso em: 28 maio 2025.

COLOMBIA. *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Colombia>. Acesso em 31 mai. 2025.

COLOMBIA. *Presidencia de la República; Ministerio de Educación Nacional; Ministerio de la Protección Social. Plan Nacional para la Niñez y la Adolescencia 2009–2019: niños y niñas felices y con igualdad de oportunidades.* 2009. Disponível em https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/plan_nacional_para_la_ninez_y_adolescencia_2009-2019_ninos_y_ninas_felices_y_con_igualdad_de_oportunidades_organizado.pdf. Acesso em 31 mai. 2025.

CONANI. **¿Quiénes Somos?** Disponível em: <https://conani.gob.do/quienes-somos/>. Acesso em: 16 mai. 2025.

COOK, G. **Grupo criminoso paraguaio é acusado de recrutamento de jovens e sequestros.** Disponível em: <https://dialogo->

americas.com/pt-br/articles/grupo-criminoso-paraguaio-e-acusado-de-recrutamento-de-jovens-e-sequestros/. Acesso em: 6 maio. 2025.

CORDEIRO, Vanessa Cezarita. **Children of Peru**. Humanium. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/peru/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

Country reports on human rights practices. (2017, janeiro 20). *United States Department of State*. Disponível em: <https://www.state.gov/reports-bureau-of-democracy-human-rights-and-labor/country-reports-on-human-rights-practices/>. Acesso em 25 de maio de 2025.

CRUZ, Victor Manuel Moncayo. **Colômbia**. Disponível em <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/colombia>. Acesso em 31 mai. 2025

CUADROS, Alex. **Brazil after Dilma Rousseff**. *The New Yorker*, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/brazil-after-dilma-rousseff>. Acesso em: 12 maio 2025.

CUFA – Central Única das Favelas. **Quem somos**. Disponível em: <https://cufa.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 maio 2025.

CUFA – Central Única das Favelas. **Relatório de atividades 2021**. Rio de Janeiro: CUFA, 2021. Disponível em: <https://cufa.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELATORIO-CUFA-2021.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

DA COSTA MACHADO, Patricia. Avanços e retrocessos na luta por justiça no Uruguai pós-ditadura (1986-2013). **Revista Aedos**, v. 8, n. 19, p. 209-228, 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/69271>. Acesso em 26 mai. 2025.

DAILY CPEC. **China, UNICEF partner for Indonesia's free meal program**. [S. I.]: Daily CPEC, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://thedailycpec.com/china-unicef-partner-for-indonesias-free-meal-program/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DAZA, Weimar Giovanni Iño. **Una mirada a las concepciones sociales de las infancias en las constituciones y códigos del menor de Bolivia (1950-1980)**. *Millcayac: Revista Digital de Ciencias Sociales*, v. 4, n. 7, p. 295-318, 2017. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6128655>. Acesso em: 31 mai. 2025.

DE LA CUADRA, Fernando. **Conflito social e movimento estudantil no Chile**. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 21, n. 42, p. 173–194, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/whfy9kCgb8jsT7LK5gvxwdq/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

DEUTSCHE WELLE. Expansão do crime organizado impulsiona violência no Chile. *DW Brasil*, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/expans%C3%A3o-do-crime-organizado-impulsiona-viol%C3%A2ncia-no-chile/a-69109588>. Acesso em: 28 maio 2025.

Dias, Otávio. **Nicarágua: uma ditadura sem fim?** Fundação Fernando Henrique Cardoso. 03 abr. 2024. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/debate/nicaragua-uma-ditadura-sem-fim/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Ditadura na Argentina. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/ditadura-na-argentina/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DUBOIS, Laurent. **Os condenados da terra: a Revolução Haitiana e o problema da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Espanha. (n.d.). **European Union**. Acesso em 25 de maio de 2025, from https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/spain_pt

EL PAÍS. **Presas no lugar dos filhos**. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/internacional/1425691777_918827.html. Acesso em 27 mai. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Arab League**. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Arab-League>. Acesso em: 30 maio 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Bolívia**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Bolivia>. Acesso em: 31 mai. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Cuba**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Cuba>. Acesso em: 30 maio 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Cuban Revolution**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Cuban-Revolution>. Acesso em: 30 maio 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Evo Morales**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Evo-Morales>. Acesso em: 31 mai. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Spanish-American War**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Spanish-American-War>. Acesso em: 30 maio 2025.

Espanha. (n.d.). **European Union**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/spain_pt. Acesso em 25 de maio de 2025.

EXCLAMACIÓN. **Os dozes anos de ditadura no Uruguai**. Exclamación, 22 jun. 2021. Disponível em <https://exclamacion.com.br/2021/06/22/os-12-anos-de-ditadura-no-uruguai/>. Acesso em 26 mai. 2025.

FIGUEROA, José Antônio. **Ecuador**. Enciclopédia Latino-americana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/ecuador>. Acesso em 30 de abril de 2025.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes**. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/ceicomunidade-dos-estados-independentes.htm>. Acesso em: 19 maio 2025.

G1. Bolívia já teve 194 tentativas de golpe na história, diz pesquisador. G1, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/bolivia-ja-teve-194-tentativas-de-golpe-na-historia-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2025.

GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria: uma nova história**. São Paulo: Edições Contexto, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GAZETA DO POVO. **Conhecida pela tranquilidade, Montévideu se torna território do narcotráfico**. Gazeta do Povo, 08 fev. 2024.

Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conhecida-pela-tranquilidade-montevideu-se-torna-territorio-do-narcotrafico/>. Acesso em 26 mai. 2025.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2001.

GIRAULT, Christian Antoine; LAWLESS, Robert. Britannica. **HAITI**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Haiti>. Acesso em: 30 maio 2025.

GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Colombia**. 2023. Disponível em <https://ocindex.net/country/colombia>. Acesso em 31 mai. 2025.

GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Mexico**. Disponível em <https://ocindex.net/country/mexico>. Acesso em 30 mai. 2025.

GLOBAL ORGANIZED INDEX. **Uruguay**. 2023. Disponível em <https://ocindex.net/country/uruguay>. Acesso em 27 mai. 2025.

GONZÁLEZ, J. P. V. **Perception of citizen insecurity in the face of organized crime in Ecuador: A documentary review**. Revista Iberoamericana de *Educación*, vol. 9(1), 135–145, 2025. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.org/index.php/es/article/view/293>. Acesso em 12 de maio de 2025.

GRAJALES, M. L.; HERNÁNDEZ, M. L. **Chavism and criminal policy in Venezuela, 1999-2014**. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, p. 164–185, 2017. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.202503150260570>. Acesso em 12 de maio de 2025.

GRANDIN, Greg. **O Império da Necessidade: escravidão, liberdade e engano no Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRANMA. **Constitución de la República de Cuba**. Disponível em: <https://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

Granma. **Cuba conta com uma política de atenção integral à infância, adolescência e juventude**. *Granma*, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://pt.granma.cu/cuba/2023-07-21/cuba-counta-com-uma-politica-de-atencao-integral-a-infancia-adolescencia-e-juventude>. Acesso em: 30 maio 2025.

GRUPO REVELAÇÃO. **Tá escrito**. In: Ao vivo no morro. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2009. Faixa 5.

GZH. **A história de Cuba em 15 momentos**. GZH, 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/A-historia-de-Cuba-em-15-momentos-4665871.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

HARDING, Robert C. **The history of Panama**. Bloomsbury Publishing, USA, 2006.

HARGAIN, Gerardo Caetano. **Uruguai**. Enciclopédia Latino-americana. Disponível em <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/u/uruguai>. Acesso em 18 mai 2025.

HERRERA, Stalin; MACAROFF, Anahí. **Daniel Noboa, el joven presidente del Ecuador**. Rosa Luxemburg Stiftung: *Análisis y debate*, vol. 57, 2023. Disponível em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/Daniel-noboa-joven-presidente-del-ecuador.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2025.

Histórico da Ditadura Civil-Militar Argentina. Disponível em: https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=239. Acesso em: 28 abr. 2025.

HUMANIUM. **Children of Bolivia**. Disponível em: https://www.humanium.org/en/bolivia/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 31 mai. 2025.

HUMANIUN. **Children of Colombia**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/colombia/>. Acesso em 31 mai. 2025.

HUMANIUN. **Children of Mexico**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/mexico/>. Acesso em 30 mai. 2025.

HUMANIUN. **Children of Uruguay**. Disponível em <https://www.humanium.org/en/uruguay/>. Acesso em 27 mai. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2024, Mexico**. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/mexico>. Acesso em 30 mai. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025: Events of 2024**, p. 358-364.

IMPLICAÇÕES LEGAIS RESULTANTES DA ENVOLVÊNCIA DE CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO. **Atâtôt - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/16153](http://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/16153). Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR (ICBF); UNICEF. **Estudio de caracterización de niñez desvinculada de grupos armados organizados en Colombia (2013-2022)**. Bogotá: ICBF; UNICEF, 2023. ISBN 978-958-8514-73-4. Disponível em <https://www.unicef.org/colombia/media/13521/file/Informe%20de%20caracterizaci%C3%B3n%20completa%20.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA (ISS Africa). **Profile: African Union (AU)**. Disponível em: <https://issafrica.org/au-african-union-ua-lunion-africaine/profile-african-union-au>. Acesso em: 28 maio 2025.

INVESTOPEDIA. **Arab League**. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/a/arab-league.asp>. Acesso em: 30 maio 2025.

IPAS. **Bolívia dá passo histórico contra o casamento infantil**. *Ipas*, 13 maio 2025. Disponível em: https://www.ipas.org/news/bolivia-takes-historic-step-against-child-marriage/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 31 mai. 2025.

JEBB, Eglantyne. **Declaration of the Rights of the Child**. Geneva: *International Save the Children Union*, 1923.

JORGE, Claudio Beato. **Crime Organizado na América Latina: causas e consequências**. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 129, 2016.

JUSTICE FOR COLOMBIA. **Colombian armed conflict**. Disponível em: <https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/>. Acesso em: 31 maio 2025.

KNAPP, Gregory W.; VÉLEZ, Homero Pozo; MACLEOD, Murdo J. **Ecuador**. *Encyclopedia Britannica*, 25 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ecuador>. Acesso em 30 de abril de 2025.

LANGUE, Frédérique. ***La Independencia de Venezuela, una historia mitificada y un paradigma heroico***. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 66, n. 2, p. 245-276, 2009.

LATINNO. **Estrategia Nacional para la Infancia y Adolescencia 2010-2030**. <https://latinno.net/es/case/18156/>. Acesso em 27 mai. 2025.

LE MONDE. **Haiti's 40 years of political instability**. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/03/14/haiti-s-40-years-of-political-instability_6619688_4.html. Acesso em: 30 maio 2025.

LESCURE, J. U.; MONTERREY, V. C. ***La seguridad nacional y las relaciones internacionales de Panamá durante los años 2019–2024***. *Emergentes - Revista Científica*, vol. 4(3), p. 305–325, 2024. DOI: <https://doi.org/10.60112/erc.v4i3.219>.

LESSA, Francesca. **¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia**. ILCEA, 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/ilcea/pdf/3874>. Acesso em 26 mai. 2025.

LIRA, Júlia Henrique. **A participação de crianças e adolescentes no crime organizado: um olhar sobre a abordagem onusiana à luz do caso do Rio de Janeiro**. 2025. Dissertação (Pós-graduação em Relações Internacionais) — San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC-SP.

LOPES, Ricardo Raposo. **Política e Segurança: o Crescimento do Crime Organizado no México**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa (Portugal). Disponível em <https://search.proquest.com/openview/9632eddf40ee0b0a12632fdc29e3fb32/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em 28 mai. 2025.

MACCHIAVELLI, Hugo. **Crime organizado e ditaduras na Argentina**. *Interamerican Institute for Democracy*, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.intdemocratic.org/pt/crime-organizado-e-ditaduras-na-argentina.html>. Acesso em: 04 maio. 2025.

MACHADO, G. Q. **O dilema da (in)segurança no Equador: o combate militarizado do narcotráfico nos governos de Lenín Moreno (2017-2021) e Guillermo Lasso (2021-2023)**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7780>. Acesso em 12 de maio de 2025.

MAGNO, Carlos. **Governo de Javier Milei propõe redução da maioria penal para 13 anos na Argentina.** *Conexão Política*, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/internacional/governo-milei-propoe-diminuir-maioridade-penal-para-13-anos-na-argentina/>. Acesso em: 4 maio 2025.

MAIA, Ariane Bastos de Mendonça. **A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos.** *Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 107-124, jan./jul. 2011.

MARTÍNEZ, J. R. *Cuba*. In: **Estudos Sociais sobre a América Latina**. [S.l.]: [s.n.], 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

MARTZ, John D.; LIEUWEN, Edwin; HECKEL, Heather D.; MCCOY, Jennifer L. **Venezuela**. *Encyclopedia Britannica*, 6 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Venezuela>. Acesso em 7 de maio de 2025.

MASUR, Gerhard Straussmann. **Simón Bolívar**. *Encyclopedia Britannica*, 21 de março de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Simon-Bolivar>. Acesso em 7 de maio de 2025.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: uma história de instabilidade política.** São Paulo: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010.

MEDEIROS, Josimar Araújo de; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim; MORAIS, Ione Rodrigues D. **Aspectos socioambientais e econômicos da faveleira (*Cnidocolus quercifolius*), espécie-chave cultural do bioma Caatinga: estudo de caso.** *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, v. 22, n. 1, 2023. DOI:10.35701/rcgs.v22n1.424. Acesso em: 30 maio. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **O golpe civil-militar no Brasil.** Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/o-golpe-civil-militar-no-brasil/>. Acesso em: 11 maio 2025.

MÉXICO. *Sistema Nacional de Protección Integral de Niñas, Niños y Adolescentes (SIPINNA). ¿Qué es el SIPINNA? - Dossier informativo*

2024. México: Secretaría de Gobernación, 2024. Disponível em: <https://www.gob.mx/sipinna/articulos/que-es-el-sipinna-dossier-informativo-269151?idiom=es>. Acesso em 30 mai. 2025.

MEXICO. *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Mexico>. Acesso em 27 mai. 2025.

MILLET, Richard L.; ANGUIZOLA, Gustavo; GORDON, Burton L. **Panama.** *Encyclopedia Britannica*, 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Panama>. Acesso em 30 de abril de 2025.

MIRA, Julieta. ***Violencia institucional de las fuerzas de seguridad en tiempos de pandemia: La Argentina y su deuda democrática.*** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360009732>. Acesso em: 28 maio 2025.

MIRE. **Os EUA e a Convenção sobre os Direitos da Criança - MiRe Plataforma.** Disponível em: <https://mireplataforma.com.br/os-eua-e-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MOLINA ALANIS, Luis Alejandro. ***Oscar López Rivera Biography Brief: American Mandela Faces the Future.*** *National Boricua Human Rights Network*, 2019. Disponível em: <https://boricuahumanrights.org/oscar-lopez-rivera-biography-brief-american-mandela-faces-the-future/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MOLINA ALANIS, Luis Alejandro. ***Oscar's Story.*** *National Boricua Human Rights Network*, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://boricuahumanrights.org/oscars-story/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **O Uruguai e a maioria penal - uma lição de civilidade para o Brasil.** *JusBrasil*. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-uruguai-e-a-maioridade-penal-uma-licao-de-civilidade-para-o-brasil/148760378>. Acesso em 27 mai. 2025.

MUNDO EDUCAÇÃO. **CEI – Comunidade dos Estados Independentes.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/cei-fmi-urss.htm>. Acesso em: 19 maio 2025.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Liga Árabe**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/liga-arabe.htm>. Acesso em: 30 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Conflitos armados afetam 420 milhões de crianças em todo o mundo**. ONU News, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676251>. Acesso em: 30 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Unicef e parceiros ajudam mais de 12 milhões de crianças**. ONU News, 12 jan. 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/01/1538011>. Acesso em: 30 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Brasil lança estratégia nacional para proteger crianças da violência, crime e drogas**. Nações Unidas Brasil, 12 maio 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/292749-brasil-lan%C3%A7a-estrat%C3%A9gia-nacional-para-proteger-crian%C3%A7as-da-viol%C3%Aancia-crime-e-drogas>. Acesso em: 12 maio 2025.

Narcossociedade na fronteira. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/narcossociedade-na-fronteira-1t6knk8pm0x6h4l9a189n9sge/>. Acesso em: 6 maio. 2025.

Nicarágua. **Enciclopédia Humanidades**. Disponível em: <https://humanidades.com/br/nicaragua/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

NICKSON, Andrew. *The legacies of the Stroessner dictatorship in Paraguay*. *Current history* (New York, N.Y.: 1941), v. 124, n. 859, p. 68–73, 2025.

O GLOBO. **Violações de direitos humanos no Chile são as mais graves desde a redemocratização, diz relatório**. *O Globo*, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/violacoes-de-direitos-humanos-no-chile-sao-as-mais-graves-desde-redemocratizacao-diz-relatorio-24155594>. Acesso em: 28 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos. CIDH expressa preocupação com a situação de crianças e adolescentes em centros de detenção no Chile**. 11 jan. 2022. Disponível em:

<https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/006.asp>. Acesso em: 28 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque, 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 30 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Raptados: la historia olvidada de los niños de la guerra en Perú**. 7 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/resource/news/raptados-la-historia-olvidada-de-los-ninos-de-la-guerra-en-peru>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ORTEGA GONZALEZ, A. **The Missing Mismatch: A case study of Panama's public security systems issues using the agent-based approach (ABA)**. Journal of Systems Thinking Preprints, 2022. DOI: 10.54120/jost.pr000011.v1.

PADINGER, G. **Dia da independência argentina: entenda a história da comemoração em 9 de julho**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/dia-da-independencia-argentina-entenda-a-historia-da-comemoracao-em-9-de-julho/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Panorama Social da América Latina e do Caribe. (n.d.). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Acesso em 25 de maio de 2025, <https://www.cepal.org/pt-br/tipo-de-publicacao/panorama-social-america-latina-caribe>

Paraguay. *Encyclopædia Britannica*, [S. l.], disponível em: <https://www.britannica.com/place/Paraguay>. Acesso em: 6 maio 2025.

PAIVA, Isabelle. **Entre o pó e a pólvora: o narcotráfico no México e o papel central dos EUA**. *Diálogos do Sul*, São Paulo, 25 out. 2023. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/entre-o-po-e-a-polvora-o-narcotrafico-no-mexico-e-o-papel-central-dos-eua/>. Acesso em: 29 maio 2025.

PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Crianças-soldado na América Latina: o caso colombiano**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 16, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/25233/18036>. Acesso em 31 mai. 2025.

PORFIRIATO. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Porfiriato>. Acesso em 28 mai. 2025.

POTTER, Michele. **CUFA – Um incentivo ao desenvolvimento social.** Laboratório de Reportagem Convergente, UFSM, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://decom.ufsm.br/labreportagem/2017/12/14/cufa-um-incentivo-ao-desenvolvimento-social/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **Solenidade celebra 190 anos de independência da Bolívia.** Disponível em: <https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/180/solenidade-celebra-190-anos-de-independencia-da-bolivia>. Acesso em: 31 mai. 2025.

PRADO, Carlos Batista. **A morte e a ressurreição de Cuba.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlosbatistaprado.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

PULGAR-VIDAL, Javier; MOORE, John Preston. Britannica. **Peru.** 28 mai. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Peru>. Acesso em: 29 mai. 2025.

RAMPINELLI, Waldir José. **A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários.** Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 126, p. 90-107, 2011. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14401>. Acesso em 28 mai. 2025.

Reuters. (2025, abril 15). **UNICEF projeta queda de 20% no financiamento em 2026 após cortes dos EUA.** CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/unicef-projeta-queda-de-20-no-financiamento-em-2026-apos-cortes-dos-eua/>. Acesso em 25 de maio de 2025.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Comunidade dos Estados Independentes (CEI).** InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-estados-independentes-cei/>. Acesso em: 19 maio 2025.

RIVERA-RHON, R.; BRAVO-GRIJALVA, C. **Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico.** URVIO Revista Latinoamericana de

Estudios de Seguridad, vol. 28, p. 8–29, 2020. Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?pid=S1390-42992020000300008&script=sci_arttext. Acesso em 12 de maio de 2025.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. Contexto Internacional, v. 34, p. 9-41, 2012.

ROJAS-SUAREZ, Liliana. *Peru's economy needs to unlock its green potential. **Freedom and Prosperity Around the World***. 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/books/perus-economy-needs-to-unlock-its-green-potential/#prosperity>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ROSA, Marina de Almeida; BORGES, Murilo. **Crianças e adolescentes recrutadas pelo Estado e o Sistema Interamericano: uma análise do caso Vargas Areco vs. Paraguai**. Cadernos Eletrônicos: Direito Internacional sem Fronteiras, v. 3, n. 2, 2021.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011.

SANTOS, Roberto da Silva dos. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos crimes transnacionais de armas e drogas na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. 2019. Projeto de pesquisa (Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5777/1/MO%206112%20-%20ROBERTO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SAVE THE CHILDREN. **100 years of working for children**. [S.l.]: Save the Children International, 2020. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/about-us/100-years-children>. Acesso em: 30 maio 2025.

SAVE THE CHILDREN. **Extreme hunger in Haiti forcing children into armed gangs – Save the Children**. 2024. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/news/extreme-hunger-haiti-forcing-children-armed-gangs-save-children>. Acesso em: 31 maio 2025.

SAVE THE CHILDREN. **Latin America and the Caribbean**. 2025. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/latin-america-and-caribbean> Acesso em: 31 maio 2025.

SEMANA. **Nicaragua: crónica de una guerra**. 25 set. 1983. Disponível em: https://www.semana.com/especiales/articulo/nicaragua-cronica-de-una-guerra/3662-3/#google_vignette. Acesso em: 28 mai. 2025.

SILVA, Rose. **EUA liberta Oscar López Rivera, preso há 36 anos**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/05/17/eua-liberta-oscar-lopez-rivera-presos-ha-36-anos/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SITEAL. **Cuba - Primera Infancia**. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primera-infancia-pdf/cuba>. Acesso em: 30 maio 2025.

SITEAL - **Primeira Infância: Nicarágua**. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primera-infancia-pdf/nicaragua>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOLANO, L. **Paraguai, sob ameaça do crime organizado**. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/paraguai-sob-ameaca-do-crime-organizado/>. Acesso em: 6 maio. 2025.

Sousa, R. G. (2006, November 29). **Navegações Espanholas**. História do Mundo. Acesso em 25 de maio de 2025.

Spain.info. **Dados e curiosidades da Espanha: geografia e paisagem**. Turespaña. Disponível em: https://www.spain.info/pt_BR/descobrir-espanha/dados-espanha-geografia-paisagem/. Acesso em 26 de maio de 2025.

SWISS INFO. **Centroamérica y República Dominicana acuerdan coordinarse contra el tráfico de armas**. 13. fev. 2025. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/centroam%C3%A9rica-y-rep%C3%BAblica-dominicana-acuerdan-coordinarse-contra-el-tr%C3%A1fico-de-armas/88872868>. Acesso em: 17 mai. 2025

TALLEDÓ, Valeria Mendoza. **Sicarios adolescentes: 1 de cada 5 bandas cuenta con menores en sus filas, según jefe policial**. Infobae. 01 mai. 2025. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/05/01/sicarios-adolescentes-1-de->

cada-5-bandas-cuenta-con-menores-en-sus-filas-segun-jefe-policial/. Acesso em: 29 mai. 2025.

TAQUECE, Leonardo Rodrigues; MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. **O Conflito Armado na Colômbia**. Dossiê de Conflitos Contemporâneos, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2020/10/Colombia_-_Observat%C3%B3rio-de-Conflitos_-_Dossi%C3%AA-de-Conflitos-Cont...-v.1-n.-1-2020-44-51.pdf. Acesso em 31 mai. 2025.

Torres, Elizabeth; Palermo, Yeimy Cardenas; Bedoya, Carol Pertuz. **La infancia y los niños en tiempos de guerra: El caso de Nicaragua, El Salvador y Guatemala**. Palobra. 5 jun. 2018.

TRONCOSO, Valeska. **Una aproximación al crimen organizado en la Triple Frontera de Bolivia, Chile y Perú. Debates sobre cooperación y desarrollo**, v. 1, n. 1, p. 77-90, 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50354635/Troncoso_2016-libre.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

UNESCO. **Uruguai – Primeira infância**. SITEAL – Sistema de Informação sobre a Primeira Infância, Infância e Adolescência na América Latina. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/primer-infancia-pdf/uruguay#:~:text=O%20Uruguai%20assinou%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o,legal%20no%20seu%20sistema%20jur%C3%ADdico>. Acesso em 27 mai. 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Decisões, declarações e resolução: 37ª Sessão Ordinária da Conferência da União, 17 e 18 de fevereiro de 2024, Adis Abeba, Etiópia**. Adis Abeba: União Africana, 2024. Disponível em: <http://www.au.int/>. Acesso em: 28 maio de 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **About the African Union: Languages**. Disponível em: <https://au.int/en/about/languages>. Acesso em: 28 maio 2025.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Member States Profiles**. Disponível em: https://au.int/en/member_states/countryprofiles2. Acesso em: 28 maio 2025.

UNICEF. **Child Protection | UNICEF Haiti**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/haiti/en/child-protection>. Acesso em: 30 maio 2025.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasília: UNICEF Brasil, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 28 maio 2025.

UNICEF. **Five ways UNICEF is supporting Haiti's children**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/en/stories/five-ways-unicef-supporting-haitis-children>. Acesso em: 30 maio 2025.

UNICEF. **Gobierno de Ecuador celebra aprobación de protocolo de atención para niños en movilidad humana en Ecuador**. Quito, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/ecuador/comunicados-prensa/unicef-resalta-la-aprobación-de-un-protocolo-de-atención-para-niños-en-movilidad>. Acesso em: 15 jun. 2025.

UNICEF. **Guerra na Ucrânia representa ameaça imediata para crianças e adolescentes**. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/guerra-na-ucrania-representa-ameaca-imediata-para-criancas-e-adolescentes#como-o-unicef-esta-ajudando>. Acesso em: 23 maio 2025.

UNICEF; GOVERNO DE CUBA. **Estudio sobre la violencia que afecta a niñas, niños y adolescentes en Cuba**. Havana: UNICEF, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/cuba/en/press-releases/study-violence-affecting-children-and-adolescents-cuba-was-launched>. Acesso em: 30 maio 2025.

UNICEF América Latina y Caribe. **Protocolos Facultativos de la CDN y protección de menores**. s.l., s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/unicef-celebra-el-nuevo-protocolo-para-proteccion-de-ninos-migrantes-en-ecuador>. Acesso em: 15 jun. 2025.

UNICEF Argentina. **Fortalecimiento del sistema de justicia juvenil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/que-hace-unicef/proteccion-y-acceso-la-justicia/fortalecimiento-del-sistema-de-justicia-juvenil>. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNICEF BOLÍVIA. **UNICEF Bolivia**. Disponível em: <https://www.unicef.org/bolivia/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

UNICEF CHINA. **2024 annual review**: Children's Health and Development. [S. l.]: UNICEF, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/china/en/reports/2024-annual-review-chd>. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNICEF ESPANHA. **Informe Anual de UNICEF 2023**. <https://www.unicef.org/es/informes/informe-anual-unicef-2023>. Acesso em 25 de maio de 2025.

UNICEF Mexico. **Ishmael Beah, embajador de buena voluntad de UNICEF, visita México para dialogar con niñez afectada por violencia armada**. 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/comunicados-prensa/ishmael-beah-embajador-de-buena-voluntad-de-unicef-visita-m%C3%A9xico-para-dialogar>. Acesso em 30 mai. 2025.

UNICEF Mexico. **La situación de los derechos de la niñez y la adolescencia en México**. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/media/1791/file/SITAN-UNICEF.pdf>. Acesso em 30 mai. 2025.

UNICEF Panamá. **Ratificación del Tercer Protocolo Facultativo a la CDN**. Panamá, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/panama/historias/ratificacion-del-tercer-protocolo-facultativo-de-la-convencion-sobre-los-derechos-del>. Acesso em: 15 jun. 2025.

UNICEF RUANDA. **Early childhood development**. [S. l.]: UNICEF, [20-?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/rwanda/early-childhood-development>. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNICEF USA. Unicefusa.org. Disponível em: <https://www.unicefusa.org/about-unicef-usa>. Acesso em 25 de maio de 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **The many forms of violence against children. In: E4J University Module Series: Crime Prevention and Criminal Justice, Module 12 – Violence against Children**. Disponível em <https://www.unodc.org/e4j/en/crime-prevention-criminal-justice/module-12/key-issues/1--the-many-forms-of-violence-against-children.html>. Acesso em: 30 mai. 2025.

URBANEJA, Diego Bautista. ***La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días***. Universidade Católica Andrés Bello, vol. 07, 2007. ISBN 980-250-013-5.

U.S. department of state-home. (2018, agosto 16). ***United States Department of State***. Disponível em: <https://www.state.gov/>. Acesso em 25 de maio de 2025.

URUGUAY. *Encyclopedia Britannica*, 2025. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Uruguay>. Acesso em 18 mai 2025.

VALDIVIESO, C.; DOS SANTOS, J. **Equador e as novas ameaças: Uma leitura a partir dos documentos de defesa**. Revista NEIBA: Cadernos Argentina Brasil, vol. 9(1), p. 01-23, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristian-Valdivieso-2/publication/342053621_Ecuador_e_as_novas_ameacas_uma_leitura_dos_documentos_de_defesa/links/5ee01d96a6fdcc47689430f0/Ecuador-e-as-novas-ameacas-uma-leitura-dos-documentos-de-defesa.pdf. Acesso em 12 de maio de 2025.

Visite os EUA. ([s.d.]). ***Visit The USA***. Disponível em: <https://www.visiteosusa.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2025

WADDICK, Nicole. ***Migration, displacement and education in Dominican Republic: education and inclusion of Haitian migrants, stateless people and undocumented people in the Dominican Republic***. In: Background paper prepared for the 2020 GEM Report Latin America and the Caribbean: Inclusion and education: all means all. 2020.

WAGENHEIM, Kal; MATHEWS, Thomas G. *Britannica*. **PUERTO RICO**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Puerto-Rico>. Acesso em: 30 maio 2025.

Walsh School of Foreign Service. ***Nicaragua on the Brink: Protests, Elections, and Mass Atrocity***. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://gjia.georgetown.edu/2023/03/17/nicaragua-on-the-brink-protests-elections-and-mass-atrocity/>. Acesso: 27 mai. 2025.

WIARDA, Howard J.; GONZÁLEZ, Nancie L. *Britannica*. **Dominican Republic**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Dominican-Republic>. Acesso em: 16 mai. 2025.

ZALUAR, Alba. **Violência e crime nas sociedades latino-americanas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004.

ZOVATTO, Daniel. ***En Brasil, la lucha contra el autoritarismo aún no está ganada.*** *El País*, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2025-01-08/en-brasil-la-lucha-contra-el-autoritarismo-aun-no-esta-ganada.html>. Acesso em: 12 maio 2025.